

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: AVALIAÇÃO PELA
PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE DE BENEFICIÁRIOS EM
MACAPÁ-AP

JORGE DA SILVA PIRES

Brasília-DF, 2023

JORGE DA SILVA PIRES

**O PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: AVALIAÇÃO PELA
PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE DE
BENEFICIÁRIOS EM MACAPÁ-AP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Alexander Cambraia Nascimento Vaz

Brasília-DF 2023

JORGE DA SILVA PIRES

O PROGRAMA AMAPÁ JOVEM: AVALIAÇÃO PELA PERSPECTIVA DE EMPREGABILIDADE DE BENEFICIÁRIOS EM MACAPÁ-AP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 27 / 01 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Alexander Cambraia Nascimento Vaz - Orientador

Prof. Dr. Paulo Alexandre Batista de Castro

Prof. Dr. Daniel Santiago Chaves Ribeiro

P667p Pires, Jorge da Silva
O programa Amapá jovem: avaliação pela perspectiva de empregabilidade de beneficiários em Macapá-AP/ Jorge da Silva Pires. – Brasília: IDP, 2023.

76 p.

Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Mestrado em Administração Pública, Brasília, 2023.

Orientador: Pro. Dr. Alexander Cambraia Nascimento Vaz.

1. Avaliação de Política Pública. 2. Análise de resultado. 3. Empregabilidade
I. Título.

CDD: 320.6

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

AGRADECIMENTOS

É com muita alegria que chego ao final deste objetivo acadêmico, concluindo um curso de mestrado, sonho de muito tempo que agora realizo. Considerando que meus pais não puderam estudar, sou a prova de que tudo é uma questão de oportunidade e determinação. Agradeço de todo modo a Educação de Vida de alto nível que recebi de minha mãe e do meu pai aos quais agradeço, *in memoriam* e da bela convivência de todos os meus irmãos.

Agradeço aos meus colegas de curso, em especial a colega Bruna, que colaborou muito em momentos difíceis desta caminhada.

Aos meus filhos: Lorena Caroline pelo incentivo e preocupação, mesmo de longe. Fernanda pelo sentimento de orgulho da façanha alcançada. Paula de Paula pela torcida e certeza de que eu seria capaz de chegar ao final. Felipe pela ajuda direta da indicação, dos preparativos da entrevista e do acompanhamento ao longo de toda a jornada e Maria Eugênia, que com seus conhecimentos acadêmicos moldou e agiu fortemente no momento decisivo deste trabalho, com grande incentivo intelectual.

Meus caros, vocês são o que de melhor a vida me trouxe e eu os amo infinitamente!

Agradeço muito a minha amada, Aline Pires, que esteve comigo em todos os momentos, me inspirando e caminhando junto nas longas leituras de todo esse período. Amo você!

Agradeço ainda aos amigos que toleraram a ausência, especialmente a Clei pelo incentivo de sempre.

Por fim, agradeço ao amigo, Prefeito e Governador Clécio Luís por ter me apresentado a Gestão Pública, área pela qual me identifiquei profundamente!

Obrigado a todos, colegas, amigos, filhos e minha esposa, saibam que essa vitória é de todos vocês!

*A Gestão Pública é a arte de:
“não ter e ter que ter pra dar!” (Djavan),
todavia “não há o que perdoar, por isso mesmo
é que há de haver mais compaixão!” (Gilberto
Gil)*

RESUMO

O desemprego é um dos grandes desafios da economia brasileira, todavia, em estados mais periféricos como o Amapá, tem consequências ainda maiores. No caso particular da juventude, o estado amapaense apresenta índices extremamente preocupantes. Diante deste cenário, o governo estadual implantou a política pública chamada Amapá Jovem, com o objetivo de promover os meios que possibilitem aos jovens alcançar o primeiro emprego. Nesse sentido, essa dissertação trata de uma avaliação desta política pública, na busca de saber se os objetivos pré-definidos foram alcançados, sob a visão dos beneficiários da capital Macapá, e assim, identificar possíveis deficiências no programa que possam ser combatidas e tragam a esperada efetividade para a juventude, mudando de forma estrutural, a perspectiva de vida deste relevante segmento da sociedade. O resultado mostrou que as hipóteses iniciais se confirmaram, quais sejam: o valor da bolsa não atende o auxílio mínimo esperado, a qualificação profissional não alcança a todos os beneficiários e o tempo de permanência no programa é insuficiente para atingir os objetivos. Com uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa, a pesquisa apresenta dados estatísticos do programa, questionário e entrevistas com os beneficiários de Macapá submetidos a técnica da análise de conteúdo de Bardin (2022). Como resultado, conclui-se que o programa Amapá Jovem necessita de correção de rumos, como a vinculação de participação no programa atrelado à presença obrigatória na escola, uma qualificação profissional sistematizada e um tempo mínimo de dois anos em todo o processo para que o jovem obtenha as condições de ingressar no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Avaliação de Política Pública; Análise de Resultados; Conquista de Empregabilidade.

ABSTRACT

Unemployment is one of the great challenges of the Brazilian economy, however, in more peripheral states such as Amapá, it has even greater consequences. Dealing with of youth, the state of Amapá presents extremely worrying rates. Faced with this scenario, the local government implemented the public policy called Amapá Jovem, with the objective of promoting the means that enable young people to get their first job. In this sense, this dissertation deals with an evaluation of this public policy, in the search to know if the pre-defined objectives were reached, under the vision of the beneficiaries of the capital Macapá, and thus, to identify possible deficiencies in the program that can be fought and bring the expected effectiveness for youth, structurally changing the life perspective of this relevant segment of society. The result showed that the initial hypotheses were confirmed, namely: the scholarship value does not meet the minimum expected aid, professional qualification does not reach all beneficiaries and the length of stay in the program is insufficient to achieve the objectives. With a mixed methodology, quantitative and qualitative, the research presents statistical data from the program, questionnaire, and interviews with the beneficiaries of Macapá submitted to Bardin's technique of content analysis (2022). As a result, it is concluded that the Amapá Jovem program needs course correction, such as linking participation in the program linked to mandatory attendance at school, a systematized professional qualification, and a minimum time of two years in the entire process so that the young obtain the conditions to enter the labor market.

Keywords: Public Policy Evaluation; Results Analysis; Achieving employability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
DBA	De Braços Abertos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
PBF	Programa Bolsa Família
PBP	Programa Bolsa Permanência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PTC	Programa de Transferência Condicionada
RD	Redução de Danos
SEAFRO	Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes
SEJUV	Secretaria da Juventude
SIMS	Secretaria de Inclusão e Mobilização Social
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SIPLAG	Sistema de Planejamento Governamental

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Índices do IBGE – PNAD	17
Figura 2 Avaliação de Impacto na Prática.	41
Figura 3 Metodologia utilizada	42
Figura 4 Participantes conforme o tempo de participação em 2019	52
Figura 5 Participantes conforme o tempo de participação em 2020	52
Figura 6 Gráfico sobre a suficiência da bolsa	53
Figura 7 Gráfico sobre a destinação da bolsa.	53
Figura 8 Gráfico sobre a regularidade da bolsa	55
Figura 9 Gráfico sobre a frequência na escola antes do programa	55
Figura 10 Gráfico sobre retorno à escola para participar do programa	56
Figura 11 Gráfico sobre estágio durante a vigência do programa	56
Figura 12 Gráfico sobre participação em capacitação profissional	57
Figura 13 Gráfico sobre a duração do programa.	57
Figura 14 Gráfico sobre a busca do primeiro emprego após participação no programa.	58
Figura 15 Gráfico sobre a pretensão de ser empreendedor	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1

Características principais do DBA

.....26

Quadro 2

Objetivos do PBP

.....28

Quadro 3

Características do Programa “Maranhão Profissionalizado”

.....30

Quadro 4

Comparativo entre os programas avaliados

.....30

Quadro 5

Características do Decreto 4.364

.....34

Quadro 6

Eixos norteadores do Decreto 4364/17-GEA-AP

.....34

Quadro 7

Questionário na pesquisa científica

.....45

Quadro 8

Número de participantes por ano

.....53

Quadro 9

Resumo Questionário

.....59

Quadro 10

Valor utilizado para crescimento profissional

.....60

Quadro 11

Frequentou capacitação profissional

.....61



Quadro 12

Prazo estabelecido do programa

..... **61**

Quadro 13

Preparação para o mercado de trabalho

..... **62**

Quadro 14

Pretende ser empreendedor

..... **62**



LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Investimentos realizados

51

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 17

2. DESENVOLVIMENTO22

2.1 Revisão de Literatura..... 22

2.1.1 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas 22

2.1.2 Planejamento e Transferência de Renda..... 23

2.1.3 O Programa Bolsa Família - PBF - Brasil24

2.1.4 Avaliações de Programas Efetivados e seus Respectivos Outcomes..... 26

2.2 Programa Amapá Jovem..... 32

2.2.1 Justificativa..... 32

2.2.2 Lei de Criação do Programa Amapá Jovem..... 33

2.2.3 Público-Alvo e Critérios de Participação do Amapá Jovem..... 36

2.2.4 Tempo de Permanência no Programa Amapá Jovem..... 37

2.2.5 A Transferência de Renda..... 38

2.2.6 A Qualificação Profissional..... 40

2.3 Metodologia 42

2.3.1 O Método Misto (Quantitativo e Qualitativo)..... 42

2.3.2 Estatística Descritiva 44

2.3.3 O Questionário 44

2.3.4 A Entrevista..... 46

SUMÁRIO

2.4 Apresentação dos Resultados.....	50
2.4.1 Investimento.....	50
2.4.2 Políticas Transversais.....	51
2.4.3 Tempo de Participação.....	51
2.4.4 O Questionário.....	53
2.4.5 As Entrevistas.....	60
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	68



1

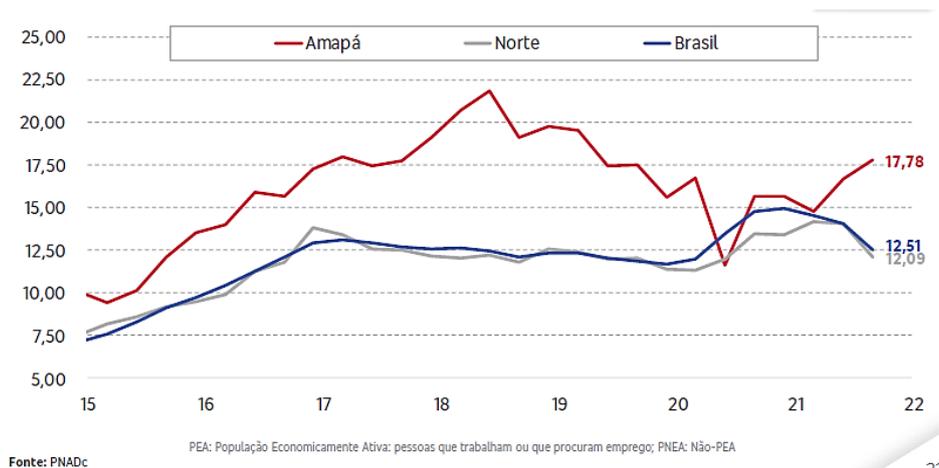
INTRODUÇÃO

Com a implementação do Programa Bolsa Família – PBF, do Jovem Aprendiz e de outros que trouxeram a transferência de renda para a população mais vulnerável, o Brasil passou a investir valores substanciais em políticas capazes de mudar a realidade de inúmeras famílias, de forma estrutural, trazendo expectativas positivas a seus filhos e a própria sociedade como um todo.

Nessa mesma linha o governo do Amapá apresentou, em 2009, um projeto na Assembleia Legislativa criando o programa Amapá Jovem, para todos que estejam compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos.

O cidadão amapaense está entre os mais carentes de investimentos nas áreas da saúde, assistência social, educação, trabalho e juventude. Seguindo a tendência nacional sobre as dificuldades de obtenção de emprego e renda, o Estado do Amapá, de acordo com os índices encontrados pelo IBGE – PNAD Contínua, destaca-se negativamente, conforme é demonstrado no gráfico abaixo:

Figura 1 – Índices do IBGE – PNAD.



Fonte: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>.

Além disso, a falta de experiência e a pressão pela busca do primeiro emprego são fatores que contribuem para a juventude sofrer

o maior desgaste no início da vida profissional, muitas vezes levando-os a uma vida de mera subsistência em trabalhos com pouca ou nenhuma qualificação e baixa remuneração.¹

Como o Amapá Jovem visa promover empregabilidade aos participantes, é pertinente que se faça uma avaliação que ratifique o sucesso ou identifique falhas dessa política pública. A pesquisa parte em busca de informações que demonstrem quais parâmetros podem se manter e qual deles merecem alguma correção de rumo para atender aos objetivos do programa.

Importante destacar que não se trata de uma Avaliação de Impacto, mas de uma análise de resultados, considerando os investimentos, quantitativos de público atendido e possíveis metas alcançadas.

Com previsão de pagamento de uma bolsa, um determinado tempo de benefício e qualificação profissional, O Amapá Jovem se propõe a promover condições necessárias que viabilizem o (primeiro) emprego, com possíveis consequências indiretas, como por exemplo maior escolaridade, estabilidade familiar e desenvolvimento do empreendedorismo.

A pesquisa parte de um recorte de 2018 a 2020, com o intuito de verificar a avaliação sob o ponto de vista da empregabilidade de beneficiários participantes do estudo e obter respostas mais consistentes.

Assim, tem-se a seguinte indagação: Os elementos constantes do programa Amapá Jovem - bolsa, qualificação profissional e tempo de benefício, contribuem para a empregabilidade dos beneficiários em Macapá?

As hipóteses a serem verificadas são: a) a bolsa é insuficiente para o beneficiário atingir a empregabilidade; b) a qualificação profissional oferecida pelo programa não alcança a todos os beneficiários, não sendo um diferencial para gerar empregabilidade e c) o tempo de permanência com o benefício não é o bastante para se chegar aos resultados pretendidos.

1

<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec262MP1045Minirreformatrabalhist.html>

Com isso, o objetivo geral é averiguar se as prerrogativas ofertadas pelo Amapá Jovem, como a bolsa e os convênios para a qualificação profissional, além do tempo de participação, são suficientes para a conquista da empregabilidade, sob a análise de beneficiários de Macapá-Ap.

O local escolhido para a pesquisa é a capital Macapá, por ser o município que concentra aproximadamente 60% da população do Estado. Além disso, também é onde se encontra, com maior densidade, todas as variáveis a serem analisadas nesta dissertação.

A pesquisa proposta é mista. Na fase quantitativa será utilizado a estatística descritiva, coletando-se os dados disponíveis, como valores investidos, número de beneficiários atendidos e quantidade de capacitações realizadas e em seguida, a qualitativa com aplicação de questionários e entrevistas, utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, buscando-se colher informações sobre a relevância das prerrogativas ofertadas para a empregabilidade, no período de 2018 até 2020.

A primeira parte, quantitativa, partirá da análise documental da Lei 2.214/17 que reformulou a abrangência e valores do Amapá Jovem, do Decreto de Regulamentação 4.364/17, Chamamento Público e Editais de Processo Seletivo, bem como de documentos disponibilizados em sítios oficiais e em publicações da Secretaria da Juventude do Estado do Amapá – SEJUV.

Após o levantamento e análise dos dados, inicia-se a aplicação do método qualitativo, com questionários e entrevistas aos grupos selecionados de beneficiários na cidade de Macapá. A pesquisa vai compará-los no período estipulado, separando em grupos e identificar as variáveis que contribuíram positiva ou negativamente para o resultado.

Divididos em quatro etapas, a estrutura a ser desenvolvida apresentará:

Revisão de Literatura – serão apresentadas as dimensões a serem seguidas para monitoramento e avaliação de políticas públicas, a relevância de ser *ex-ante*, bem como a devida previsão de instrumentos para verificação de causas de impacto a serem encontradas. Examina-se ainda avaliações e respectivas conclusões efetivadas de políticas praticadas em alguns Estados.

Programa Amapá Jovem – Será apresentada a lei de criação do programa, os objetivos, o modo como está estruturado dentro da Secretaria da Juventude do Governo do Amapá, bem como a descrição de seu funcionamento, critérios de participação e alcance, a transferência de renda, o tipo de qualificação profissional e o tempo estipulado de permanência. Além disso será apresentada um diagrama da possível teoria da mudança, baseada na política governamental.

Metodologia – O referencial teórico sobre a escolha da metodologia mista a ser aplicada. A estatística descritiva e a justificativa pelo tipo de abordagem das entrevistas, do questionário e da técnica de análise de conteúdo, utilizadas nesta dissertação.

Apresentação dos Resultados –A visão geral da pesquisa, alcance, investimento, onde serão vistas as inferências positivas e negativas dos jovens beneficiários de Macapá.

Ao final a conclusão, devidamente consubstanciada nas análises feitas, trazendo à tona outros questionamentos e quiçá alternativas que possam contribuir efetivamente para melhorar a aplicação dessa política para o segmento jovem do Estado do Amapá.



?

2

DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão de Literatura

2.1.1 Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

Os processos de monitoramento e avaliação no Brasil ainda estão em estágio incipiente, acadêmico, principalmente sob o olhar dos governantes, que tem grande preocupação em ser efetivos e ter eficácia em suas ações, no entanto, relegam a segundo plano a efetividade das políticas públicas desenvolvidas, não considerando as condições que possam viabilizar o trabalho de buscar as causas dos resultados encontrados e assim potencializar os possíveis impactos positivos e suas consequências para a sociedade (COTTA, 1998; FINKLER; DELL'AGLIO, 2013).

Há uma concepção de resultados na cultura organizacional dos governos brasileiros confundindo ou assumindo propositalmente *outcomes* (efetividade) com *outputs* (atividades de implementação), valorizando-se ações realizadas e negligenciando possíveis dificuldades de implementação e causas de resultados pouco expressivos.

É preciso mudar esse entendimento, desenvolver instrumentos de medição, de monitoramento e avaliação, como o pesquisador Paulo Jannuzzi (2013) escreve sobre a necessidade de organização e informação por parte de gestores:

[...] processos articulados de levantamento, organização e disseminação de informação e conhecimento para o ciclo de gestão de políticas e programas públicos, dirigidos a subsidiar o aprimoramento de seu desenho e sua gestão, garantir mais transparência da ação governamental ou, ainda, prover evidências do mérito e da efetividade de políticas e programas (JANNUZZI, 2013)

Sob o prisma da Democracia, Freitas e Teixeira (2019) afirmam categoricamente que avaliar política pública é um dos pilares do aprofundamento necessário que as novas tecnologias digitais trouxeram ao cenário político, uma vez que demandas normalmente afastadas pelos governos, agora tornam-se presentes, fazendo com que eles busquem soluções ao mesmo tempo em que são avaliados, em razão de resultados satisfatórios ou insatisfatórios, diretamente pela comunidade envolvida.

De acordo com nova pesquisa de Paulo Jannuzzi (2021), a partir do ano de 2014, o Brasil passou a sofrer forte restrição econômica, atingindo em cheio as políticas públicas em todo o país, restringindo recursos disponibilizados do governo federal e dos governantes estaduais, salientando fortemente a necessidade de se promover avaliações contundentes para continuidade ou não das poucas ações governamentais voltadas para a transformação do tecido social brasileiro.

Nesse contexto, outro aspecto relevante é o fato da tendência em se privilegiar avaliações economicistas, por vezes prejudicando um olhar mais amplo sobre o seu alcance. Estimar e medir é fundamental, todavia, é preciso ter cuidado para não acabar por suspender programas relacionados a saúde de comunidades pobres ou outros relacionados a transferência de renda para populações vulneráveis, por viés apenas econômico e liberal (JANNUZZI, 2021).

2.1.2 Planejamento e Transferência de Renda

As transferências de renda são utilizadas como alternativa eficiente para promover cidadania. Entretanto, o efeito buscado tende a ser mais perceptível se houver certos condicionamentos, como ocorre no programa Bolsa Família, que apresenta um foco claro tanto na população específica, quanto na condição de manter os filhos na escola (NERI, 2017).

Para Silva (2017) é preciso verificar o processo de formação em detalhes, os critérios de convergência de interesses dos vários atores, pois políticas de transferência de renda precisam ser muito bem planejadas a fim de se obter resultados significativos.

Observa-se que o jovem opta por trabalhar muitas vezes em detrimento do estudo, contribuindo para o abismo da desigualdade social. Inversamente, os que conseguem manter-se no sistema educacional ingressam no mercado de trabalho em condições superiores de oportunidades ocupacionais futuras. Nesse contexto, programas de transferência de renda podem fazer com que este continue até o final do ciclo educacional, provocando a ascensão da mobilidade social (CACCIAMALI; TATEI, 2017).

Além da permanência e desenvolvimento educacional, uma outra consequência dessa política é o empreendedorismo, que segundo Martins, Veiga e Cortez (2020) é uma solução de bem-estar para os jovens, que buscam “prestígio, necessidades, influências”, enfim, decisão que tomam para se estabelecer como pessoas de direitos, embora a pesquisa demonstre a grande urgência de suporte para a educação, saúde e alternativas de trabalho.

Esta é uma lacuna ligada umbilicalmente à ineficiência do poder público e suas instituições em garantir a proteção social da população carente, que acaba sendo agravada pelas mais variadas formas de exclusão, especialmente nas escolas. Esse quadro de ausência de cidadania se constitui no maior fator de risco e favorece sobremaneira o incremento da vulnerabilidade social e a dependência de políticas assistencialistas do Estado (MARTINS, 2017).

Por fim, não se pode afastar que políticas públicas são ferramentas para realização dos fundamentos constitucionais de proteção e desenvolvimento, a serem aplicadas com planejamento adequado, incluindo a participação dos atores envolvidos e com previsão de monitoramento e avaliação visando corrigir rumos e garantir as mudanças pretendidas.

2.1.3 O Programa Bolsa Família - PBF – Brasil

No Brasil a transferência de renda mais conhecida pelos brasileiros é o PBF-Programa Bolsa Família, uma política iniciada no México chamada “Oportunidades”, que foi avaliada por pesquisadores independentes, caracterizado pelo chamado modelo PTC-Programa de Transferência Condicionada, onde os beneficiários precisam entregar uma contrapartida, no caso do PBF, manter as crianças frequentando a escola e atender o calendário de vacinação, bem como outras, como

seguir as orientações de pré-natal das adolescentes até os 17 anos, quando for o caso (ALMEIDA; SILVA, 2016).

Araújo et al. (2021) enfatizam que o PBF, apesar de ser longo no Brasil, tem seu planejamento no sentido *top down*, dando pouca importância para o aspecto da implementação, em particular na parte que cabe aos municípios, o que na prática dificulta uma avaliação mais completa sobre o cumprimento de seus objetivos.

Nesse sentido, Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017) demonstram que as dimensões relacionadas as questões de segurança alimentar e a escolaridade das crianças avançaram em todo o País, por outro lado, ainda é muito obscuro quando se trata de saber o nível de aprendizagem, das questões de aumento ou não da natalidade entre os beneficiários ou se o PBF é suficiente para mudar a estrutura das famílias, tirando-as da vulnerabilidade social.

Para Ribeiro, Shikida e Hillbrecht (2017), a falta de dados completos dificulta que outros modelos econométricos sejam aplicados, mais precisos e capazes de auferir aspectos resultantes do PBF. Ou seja, mesmo uma política pública consolidada sofre as restrições da falta de planejamento de monitoramento e avaliação (RIBEIRO; SHIKIDA; HILLBRECHT, 2017).

Nos estados brasileiros se encontram ações de transferência de renda, direta ou indireta, com objetivos de resolver problemas variados, apresentando características semelhantes aos programas nacionais, quase sempre sem definição de teoria da mudança, ausência de previsão formal de monitoramento e avaliação e, geralmente, apenas enaltecendo as atividades e quantidades de atendimento, sem maiores preocupações com registro de dados, informações e transparência (CAPELLA, 2018).

Contudo, algumas políticas públicas estaduais foram avaliadas e apresentam resultados satisfatórios com *outcomes* positivos que justificam sua continuidade, bem como outras mostraram-se insuficientes para modificar a realidade que pretendiam intervir e auferir mudanças estruturais, como veremos a seguir.

2.1.4 Avaliações de Programas Efetivados e seus Respectivos Outcomes

a) O Programa “DBA-De Braços Abertos” em SP

Instituído em 2014 pelo então prefeito Fernando Haddad, foi uma política pública que visava enfrentar o problema da chamada “Cracolândia”, região em São Paulo que abriga usuários de drogas, com grande repercussão na sociedade paulista e até mesmo brasileira.²

O Quadro 1 abaixo mostra as principais características do DBA, que teve curta duração em função da mudança de governo a partir de 2017:

Quadro 1– Características principais do DBA.

Objetivos	Resultados Esperados (Outputs)	Conquistas (Outcomes)
<ul style="list-style-type: none"> - Implantar ações intersetoriais e integradas nas áreas de assistência social, direitos humanos, saúde e trabalho; -Construir a rede de serviços para atendimento aos usuários; sob a ótica da REDUÇÃO DE DANOS-(RD), pela oferta de moradia e emprego; -Disponibilizar serviços de Atenção Integral a Saúde; - Fortalecer a rede social visando a inserção dessa população nas políticas públicas; -Estimular a participação e apoio da sociedade. -Implantar ações intersetoriais e integradas nas áreas de assistência 	<ul style="list-style-type: none"> - Respeito à imagem do usuário de drogas; - Redução do padrão de uso das substâncias na transmissão de doenças; - Redução nas taxas de crimes violentos no território; -A implantação do Espaço Helvetia; -Adesão dos usuários e ou beneficiários nas ações de acompanhamento pelas Equipes de Consultório na Rua; -Educação permanente para as equipes envolvidas no Programa; 	<ul style="list-style-type: none"> -Respeito à imagem do usuário de drogas; -Capacitação das instituições policiais visando qualidade no atendimento dos usuários de drogas e o respeito de seus direitos em caso de detenção; -Inserção dessa população em instancias de construção de políticas públicas; -Gestão compartilhada da clínica - Resgate da PROMOÇÃO EM SAÚDE; - Práticas de RD;

² <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf>

<p>social, direitos humanos, saúde e trabalho;</p> <ul style="list-style-type: none"> -Construir a rede de serviços para atendimento aos usuários; sob a ótica da REDUÇÃO DE DANOS, pela oferta de moradia e emprego; -Disponibilizar serviços de Atenção Integral a Saúde; -Fortalecer a rede social visando a inserção dessa população nas políticas públicas; -Estimular a participação e apoio da sociedade. 		
--	--	--

Fonte: informações coletadas do sítio da Prefeitura de São Paulo no endereço eletrônico

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/DBAAGO2015.pdf> Acesso em: 22 mar. 2022.

Segundo Teixeira, Lacerda e Ribeiro (2018), essa política alcançou resultados em relação a redução do uso de drogas e taxas de crimes, conseguindo grande adesão por parte dos usuários, pois contava com características inclusivas, atendendo o público-alvo, onde os indivíduos podiam participar sem que, necessariamente, deixassem de usar drogas.

Todavia, os pesquisadores identificaram uma forte oposição de setores mais conservadores, recebendo críticas severas, com termos pejorativos como “bolsa crack”, fruto de intensa confrontação de forças políticas opostas, tendo como consequência mais importante o fim das atividades, assim que houve a mudança de governo, até porque o programa foi instituído de forma frágil, por Decreto Municipal e não legitimado em lei.

Para Alves, Pereira e Peres (2020) o DBA apresentou resultados significativos em razão de ter sido concebido no formato *bottom up*, ou seja, com participação de técnicos das áreas de saúde e assistência social, assim como de lideranças dos próprios usuários de drogas, o que permitiu uma construção ampliada, completa, humana e inclusiva.

Apesar de descontinuado, gerou uma consciência coletiva entre os usuários, que passaram a entender melhor sobre seus direitos, aumentando as exigências ao poder público de assistência nas variadas áreas, como saúde, moradia e segurança. Ficaram legados importantes, cabendo a sociedade dialogar para se desvencilhar de preconceitos buscando uma solução coletiva para esse grave problema social (ALVES; PEREIRA; PERES, 2020).

b) Programa “PBP-Programa Bolsa Permanência”, em PE

Estabelecido pelo Ministério da Educação³ e aplicado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE em 2013, o programa PBP visa combater a evasão escolar nos cursos de graduação, com objetivos detalhados no Quadro a seguir:

Quadro 2- Objetivos do PBP.

Art. 3º O PBP tem por objetivos:	Art. 4º Finalidade
<p>I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas;</p> <p>II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e</p> <p>III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.</p>	<p>A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.</p>

Fonte: informações coletadas do sítio eletrônico http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf, Acesso em 24 Mar 2022.

Em pesquisa realizada no Campus Vitória de Santo Antão-PE, Elivânia Costa (2018) argumenta que os critérios definidos para participar do PBP, dentre eles, estar em situação de vulnerabilidade

³ http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf

socioeconômica e/ou pertencer a comunidade de indígenas e quilombolas, é seletivo e rigoroso demais, excluindo uma grande parcela de educandos considerados não vulneráveis, mas pertencentes a famílias pobres, corroborando para o alto índice de evasão dos cursos oferecidos pelo IFPE.

A pesquisa mostrou que de todos os alunos evadidos, 67% (sessenta e sete por cento) não foram contemplados com o programa. Por outro lado, o trabalho mostrou que os estudantes reconhecem a importância da bolsa recebida, bem como os gestores admitem as dificuldades apontadas pelos discentes, como conciliar trabalho e estudos, demonstrando um possível efeito causal do PBP (COSTA, 2018).

Para Joelma Letícia Lima (2018), em outra pesquisa, desta feita realizada no Campus Recife, há uma percepção de luta política, do confronto tradicional da luta de classes, onde uns entendem que qualquer bolsa oferecida pelo Estado é mero assistencialismo, já essas outras concessões contribuem para o equilíbrio social. O Bolsa Permanência é um suporte com grande relevância nos *outcomes* sociais ali presentes.

Os registros encontrados permitem concluir a eficácia no combate à evasão, que é quatro vezes menor entre aqueles que recebem o PBP, comparados aos não contemplados, com o adendo de que quanto maior o valor da bolsa, menor a evasão encontrada (LIMA, 2018).

As pesquisas apresentadas são importantes contribuições para gestores e coordenadores de cursos, tanto do IFPE quanto de outras instituições, enriquecendo as questões que discutem a evasão escolar, haja vista que a educação é um direito constitucional e precisa de efetividade à juventude para o desenvolvimento igualitário e equitativo em todo o País.

c) Programa “Maranhão Profissionalizado”, no MA

Estabelecido pelo governo do Maranhão em 2011, foi planejado para atender a demanda por mão-de-obra qualificada, em razão de investimentos e expectativa de vagas de emprego em vários setores da economia, previstos para acontecer no Estado. No Quadro 6 a seguir, apresenta-se as principais características:

Quadro 3 - Características do Programa “Maranhão Profissionalizado”.

Objetivo Principal	Metas	Concepção/Qualificação Profissional	Sujeitos de Interesse
-Qualificar 400 mil trabalhadores; -Criar formalmente cerca de 80 mil vagas no sistema de qualificação profissional do Estado, entre 2011 e 2014.	-1 Fase: 2011 a 2014- Cursos nos níveis de educação inicial e continuada, técnica, além de programas do reforço escolar; -2 Fase: 2012 a 2014- Incrementar a educação empreendedora e a educação superior.	-Capacitação profissional -Formação de docentes; -Fortalecimento da estrutura física da rede.	-Capacitar a fim de que 2/3 das vagas ofertadas sejam preenchidas por trabalhadores, priorizando as pessoas em situação de extrema pobreza.

Fonte: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1635/2/Felipe%20Macedo.pdf>.
Tese de Doutorado de HOLANDA, 2017. Acesso em: 14 Mar 2022.

O autor Holanda (2017) traz à baila um exemplo de política pública representativa do que ocorre nos governos brasileiros quando se dedicam ao enfrentamento do combate a vulnerabilidade social.

O Programa Maranhão Profissionalizado, instituído pelo governo de Roseana Sarney em 2011 entra em contradição já no seu início, pois foca em empregabilidade em razão de grandes projetos que chegariam ao Estado, ao mesmo tempo define o público-alvo a ser formado por trabalhadores em vulnerabilidade social.

Ora, grandes empresas exigem trabalhadores com alto nível de formação escolar, capazes de operar sistemas e máquinas de última geração. Por outro lado, trabalhadores em vulnerabilidade social são carentes de educação básica e tem baixa ou nenhuma qualificação profissional.

De qualquer modo, Holanda (2017) discorre em seu trabalho que a política foi implementada com grande publicidade na mídia, pois ressaltava o lado social como conquista do governo maranhense. A avaliação levou o autor a concluir que o Maranhão Profissionalizado foi díspar em relação aos programas federais, como se utilizar de critérios

diferentes dos usuais, ausência de articulação com as classes representativas dos trabalhadores e dos órgãos existentes, como o SINE (Sistema Nacional de Emprego), entre outros.

O autor demonstra a presença de conflito de interesses entre aqueles que planejavam e os que executavam as atividades de formação previstas, não havendo uma preocupação de médio e longo prazo, além disso, não se vislumbrava qualquer alternativa para um novo desenho econômico do Estado, permanecendo as mesmas peculiaridades de exportador de *commodities* sem valor agregado que de fato impulsionasse vagas de trabalho mais qualificadas. Nesse contexto, o autor escreve: “trata-se de qualificar para o desemprego?” (HOLANDA, 2017).

De acordo com Inácio Façanha Neto e Josanne Façanha (2020) a qualificação prevista no programa Maranhão Profissionalizado exigida pelo mercado, trouxe o termo “empregabilidade”, no sentido de se obter emprego, que é diferente da formação crítica para o desenvolvimento profissional, levando o cidadão vulnerável ao subemprego, reafirmando o *status-quo* de baixa remuneração e sem qualquer perspectiva de mudança estrutural, tanto para trabalhadores, quanto para a economia do Estado.

As conclusões das avaliações podem ser vistas no Quadro 7, permitindo um comparativo entre os programas avaliados, com algumas percepções que se pretende comparar com esta dissertação:

Quadro 4 – Comparativo entre os programas avaliados.

Políticas / Variáveis	Transferência de Renda	Qualificação Profissional	Tempo de Permanência	Análise de Resultado
PBF (Br)	Sim*	Não	Condicionada	Bom
DBA (Sp)	Indireta*	Sim	Não condicionada	Bom
PBP (Pe)	Sim*	Indireta	Condicionado	Regular
Maranhão Profissionalizado (Ma)	Não	Sim	Não condicionada	Ruim
Amapá Jovem (Ap)	Sim	Sim	Um ano	?
*Com contrapartida				

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Embora se trate de um resumo (Quadro 7) mais genérico, com as variáveis oferecidas por cada um dos programas apresentados, permite algumas ilações:

- I. Transferência de renda vinculada com contrapartida é uma ação positiva;
- II. Qualificação profissional como única variável é insuficiente;
- III. Tempo de permanência tem menor influência para o resultado;
- IV. Transferência de renda com qualificação profissional direta pode ser uma alternativa bem salutar.

Como pode ser observado, pesquisas e/ou avaliações efetivadas são um norte para gestores públicos definirem variáveis e rumos com segurança, continuidade ou descontinuidade, participação da comunidade interessada e consequente otimização dos orçamentos disponíveis.

Impulsionado em conhecer o funcionamento do Amapá Jovem, a seguir descreve-se de maneira detalhada as características da política pública amapaense.

2.2 Programa Amapá Jovem

2.2.1 Justificativa

O Estado do Amapá foi duramente afetado pela escassez de oportunidades de emprego em razão das últimas crises vivenciadas no país⁴. Essa realidade é percebida quando se afere o índice de desemprego, com maior intensidade no segmento juvenil brasileiro, tendo em vista a ausência de uma melhor formação, falta de

⁴https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_r_i_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf

experiência e poucas atitudes governamentais capazes de modificar essa realidade (CORREIO; CORREIO, 2016).

No Amapá, 39% dos estudantes não concluem o ensino médio até os 19 anos, sendo este o maior índice de distorção idade/série de todo o país⁵. Como consequência direta tem-se um considerável contingente de pessoas sem perspectiva de trabalho e renda e as ações públicas ofertadas até esse momento não têm dado conta da imensa necessidade do jovem de se afirmar como cidadão digno de direitos, conforme estabelecidos pelo Estatuto da Juventude.⁶

2.2.2 Lei de Criação do Programa Amapá Jovem

Diante deste cenário o governo estadual sancionou, em junho de 2009, a lei 1.342⁷, regulamentada pelo Decreto 2.937⁸ de 17 de agosto de 2009, que instituiu o programa Amapá Jovem. O executivo estadual encaminhou um projeto e o legislador produziu uma lei específica.

Trouxe características como:

Art. 2º - O Programa “Amapá Jovem” funda-se na transversalidade das políticas públicas, com ações voltadas para a Assistência Social, para o Trabalho e Empreendedorismo, para a Educação, para o Meio Ambiente e para o Esporte, Cultura e Lazer, possibilitando a emancipação dos jovens da situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, assim como, os jovens em situações de aprendizagem, formação e qualificação profissional.

No final de 2009 o governo executou a primeira chamada pública, porém com pouca abrangência, causando frustração entre os candidatos inscritos. Além do mais, por ser final de governo e ano eleitoral, houve forte restrição orçamentária, limitando sua

⁵https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_amapa_censo_da_educacao_basica_2019.pdf

⁶ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>

⁷ http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=25983

⁸ <https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn4561.pdf?ts=22030616>

implementação. Com o advento do governo Camilo Capiberibe (2011 a 2014), o programa foi abandonado durante todo o mandato.

Waldez Goes, novamente eleito governador (2015 a 2018 e reeleito 2019 a 2022) retoma o Amapá Jovem e com a pretensão de aumentar a abrangência, tanto no quantitativo como no valor da bolsa ofertada, encaminha à Assembleia Legislativa o projeto de Lei 020/17⁹, propondo a reformulação da Lei 1.342/09.

O Amapá Jovem foi reformulado com a meta de induzir a empregabilidade por meio de transferência direta de renda, qualificação profissional, inclusive com monitores selecionados entre os próprios bolsistas e convênios com instituições públicas e privadas. A nova Lei aprovada foi a 2.214 de julho de 2017.¹⁰

O governo regulamentou a nova lei através do Decreto 4.364 de novembro de 2017¹¹ (Dec. 4364/17-GEA-AP), que trouxe como principais características:

Quadro 5– Características do Decreto 4.364.

Art.1º: [...] a transversalidade das políticas públicas para a Juventude Amapaense, possibilitando o desenvolvimento e a emancipação dos jovens, sendo instrumento de redução de vulnerabilidades, riscos sociais e pessoais.		
Princípios, Requisitos e Diretrizes (Art.3º)	Ações Desenvolvidas (Art.4º)	Conselho Gestor
I- direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude; II- direito à educação de qualidade [...]; III- direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social; IV- direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades;	a- assistência social, cidadania, participação social e política e representação juvenil; b- educação; c- profissionalização, trabalho e renda; d- diversidade e igualdade;	Art. 18. O Programa Amapá Jovem possui um Conselho Gestor de natureza não remunerada [...]; §Único: Cada órgão colaborador, disponibilizará, no

⁹ AMAPÁ. Assembleia Legislativa do Amapá. Diário Oficial. Publicação: Quarta-Feira, 21 de junho de 2017 | Ano 4 | Edição nº 0468, p.2.

¹⁰ [http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?id_documento=78965#:~:text=Poder%20E](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?id_documento=78965#:~:text=Poder%20Executivo%20Estadual.-,Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.)
[xecutivo%20Estadual.-,Art.,Par%C3%A1grafo%20C3%BAnico.](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?id_documento=78965#:~:text=Poder%20E)

¹¹ <https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn6564.pdf?ts=1646652747>

V- direito à saúde e à qualidade de vida [...];	e- saúde;	mínimo, 2 (dois) servidores, para integrar a equipe[...];
VI- direito à cultura [...];	f- cultura;	Art. 25. A avaliação e controle do Programa Amapá Jovem deverá ser realizado pelo Conselho Gestor;
VII- direito à comunicação e à livre expressão [...];	g- comunicação e liberdade de expressão;	
VIII- direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação;	h- desporto e lazer;	
IX- direito ao território e à mobilidade [...];	i- território e mobilidade;	
X- direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado [...];	j- sustentabilidade e meio ambiente;	
XI- direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.	l- segurança pública e acesso à justiça.	

Fonte: dados contidos em

<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn6564.pdf?ts=1646652747>.

O Quadro 5 traz uma visão geral do Amapá Jovem, com seus princípios, requisitos, diretrizes e as respectivas ações esperadas. Apresentando também os artigos 18 e 25 que definem, respectivamente, um Conselho Gestor responsável por gerir com a obrigatoriedade de avaliar e controlar a aplicação desta política pública.

Contém ainda os seguintes eixos norteadores, expressos no Art. 6º do Dec. 4364/17-GEA-AP:

Quadro 6 – Eixos norteadores do Decreto 4364/17-GEA-AP.

I - Educação do Jovem	[...] com vistas à inclusão social por meio de incentivos e oportunidades que propiciem sua manutenção nos níveis de ensino com resgate dos egressos não concluintes [...].
II - Qualificação do Jovem	[...] objetivando a inclusão no mundo do trabalho com vínculo empregatício ou em outras ocupações produtivas geradores de renda [...].
III - Estágio Profissional e Formativo do Jovem	[...] oferta de estágios remunerados e não remunerados em instituições governamentais e empresas privadas;

IV - Empreendedorismo e Iniciação Científica do Jovem	[...]oferta de créditos e acompanhamento técnico para a construção de uma juventude empreendedora [...].
V - Esporte, Cultura, Lazer e Comunicação	[...]apoio e incentivo às atividades culturais, esportivas, lazer e comunicação, para práticas socializadoras, pedagógicas [...].
VI - Monitoria Jovem	[...]oportunizará ao jovem ministrar oficinas e conteúdos previamente preparados utilizando metodologia adequada à faixa etária, sob a orientação de profissionais credenciados pelo programa [...].

Fonte: dados contidos em

<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn6564.pdf?ts=1646652747>.

O modelo ora apresentado nos Quadros 5 e 6, mostra que o governo estadual pretende abarcar a demanda existente, envolvendo as várias Secretarias como suporte técnico e como gestores para realizar seu objetivo. Ademais, com os eixos estabelecidos, busca a formação completa e integral do jovem, suprimindo as necessidades identificadas em um público expressivo de toda a sociedade.

O Amapá Jovem, com todos os propósitos e eixos apresentados, ratifica a pesquisa de Marília Sposito e Maria Corrochano (2005) em um trabalho sobre transferência de renda, que trazem argumentos reveladores sobre as políticas voltadas para a juventude no Brasil, exprimindo características de totalidade e objetivos grandiosos de sanar todas as demandas inerentes a esse segmento no mesmo momento, sem levar em conta em nenhum momento a complexidade desse desafio.

2.2.3 Público-Alvo e Critérios de Participação do Amapá Jovem

O decreto governamental (Dec. 4.364/17-GEA-AP) indica a quem se destina o programa, estabelecendo os critérios de participação, como se pode constatar no Art. 5º, abaixo:

Art. 5º: Os benefícios instituídos pelo Programa “Amapá Jovem” serão garantidos aos jovens regularmente inscritos e que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I - ter entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade; II - não possuir vínculo empregatício; III - possuir cadastro ativo no CadÚnico.

É uma política voltada para os jovens, de acordo com a classificação constante do Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico¹², classificados em estado de vulnerabilidade social, ou seja, carentes e, necessariamente, desempregados.

Em dezembro do ano de 2017 o governo realizou a Chamada Pública Nº 008/2017- SIMS/AMAPÁ JOVEM¹³ para habilitação e acesso ao Amapá Jovem a partir de 2018, com atendimento a bolsistas, de acordo com os critérios pré-estabelecidos em lei. Trata-se de um processo contínuo, onde os interessados podem se cadastrar e aguardar a chamada, desde que devidamente habilitados.

2.2.4 Tempo de Permanência no Programa Amapá Jovem

A previsão explicitada no Decreto 4.364/17 é de 1 (um) ano:

Art. 21. Para as ações de monitorias, estágios e demais atividades que incluam recursos financeiros, serão expedidas resoluções do Conselho Gestor para normatização do processo de seleção e pagamento.

...

§3º O tempo de permanência referente ao *caput* do artigo 21 é de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, se devidamente obedecidos os critérios do Programa.

¹² <https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>

¹³ <https://drive.google.com/file/d/1YZZVIDiCXl1EdAvceH-W5gI9UfI3xXDf/view>

O legislador estabeleceu o período de um ano para que o beneficiário desenvolva habilidades necessárias, educacionais ou profissionais, que o levarão a acessar a empregabilidade. Nota-se que não há critérios que diferenciem em relação a idade, escolaridade, condição familiar e experiência laboral, deixando de lado as inúmeras possibilidades de desvio do caminho inicialmente traçado.

Experiências como o Programa Bolsa Família-PBF mostram que o investimento na área educacional, de forma condicional, é um dos resultados que mais desponta positivamente, justamente porque a Educação é quem traz os maiores ganhos, embora o tempo de benefício seja de pelo menos 2(dois) anos (TAVARES, 2014).

2.2.5 A Transferência de Renda

O Amapá Jovem prevê uma bolsa com características específicas dos eixos, expressos no Dec. 4.364/17-GEA-AP, nos seguintes artigos e respectivos parágrafos:

Seção I: Da Educação do Jovem, Art. 7º:

§ 1º Nos casos que couber, haverá auxílio financeiro denominado “Bolsa Amapá Jovem” durante o tempo de permanência no programa, podendo ser prorrogado sua concessão a partir das condicionantes técnicas e pedagógicas estabelecidas pelo Conselho Gestor do Programa.

§ 2º As ações desenvolvidas, no Programa Amapá Jovem – Eixo Educação do Jovem serão:

- I - auxílio material escolar e uniformização;
- II – suplementação alimentar;
- III - passe estudantil.

Na área educacional, observa-se uma previsão de auxílio importante, porém, com muito pouco tempo de permanência (máximo de 1 ano, prorrogável por mais um). É uma forte razão para se avaliar o objetivo do programa, pois na fase da adolescência, a necessidade de

receber todos os itens previstos é estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente¹⁴ (Art. 3º, 4º, 53), para o desenvolvimento integral do jovem em formação.

Não se pode olvidar de certo que prevalece os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive expressamente recomendado no parágrafo 2º do Estatuto da Juventude¹⁵:

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente](#), e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Assim, o auxílio oferecido não pode se sobrepôr a obrigação do Estado em relação aos adolescentes, e sim funcionar como um complemento nas ações que visem ampliar o leque de apoio, com educação e desenvolvimento de competências e habilidades inerentes a idade da pessoa em formação.

Seção II: Da Qualificação do Jovem, Art. 8º:

§1º Nos casos que couber, haverá auxílio financeiro denominado “Bolsa Amapá Jovem” durante o tempo de permanência no programa, podendo ser prorrogado sua concessão a partir das condicionantes técnicas e pedagógicas estabelecidas pelo Comitê Gestor do Programa.

Essa previsão é conferida ao jovem que busca apoio para se qualificar visando a empregabilidade, recebendo uma bolsa e participando de cursos e eventos de acordo com as oportunidades contidas no programa.

Não há previsão ou orientação expressa sobre o perigo de se reproduzir questões comportamentais de empresas conveniadas, uma vez que o objetivo é desenvolver aptidões próprias para que este se habilite ao mundo do trabalho, deixando em segundo plano a filosofia

¹⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

¹⁵ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>

específica da empresa que o recebeu. Esse risco é observado em pesquisa sobre formação profissional de jovens (PESSOA et al.; 2014).

2.2.6 A Qualificação Profissional

Um dos objetivos dessa política pública é qualificar o jovem em vulnerabilidade social, a fim de mudar estruturalmente sua realidade, permitindo que este se torne um cidadão de direitos e deveres, plenamente inserido na sociedade em que participa. De acordo com o Dec. 4.364/17-GEA-AP, em seu Art. 8º:

[...] § 2o As ações desenvolvidas, no Programa Amapá Jovem – Eixo Qualificação do Jovem serão: profissionalização, qualificação complementar, conselheiro ambiental, reeducando adolescentes com privação de liberdade, reeducando jovens com privação de liberdade e aprendizagem.

O executivo amapaense incluiu a todos, inclusive aqueles com privação de liberdade no processo, salientando a intenção de atender de forma plena toda a camada da sociedade em que este encontra-se presente.

Pesquisa com reeducandos no nordeste brasileiro comprova que participantes de projetos voltados para o desenvolvimento cognitivo e socioemocional apresentam resultados favoráveis, contribuindo para a recuperação desses jovens (SILVA et al.; 2021).

Outro tópico constante do Dec. 4.364/17-GEA-AP é relativo ao empreendedorismo, no Art. 10º:

Parágrafo único. As ações desenvolvidas, no Programa Amapá Jovem - Eixo Empreendedorismo e Iniciação Científica do Jovem serão: empreendedorismo e iniciação científica.

No século XXI, o empreendedorismo é uma das alternativas para o enfrentamento do desemprego, mais ainda quando é aliado a iniciação científica (RAMALHO; FERREIRA, 2018). O governo do Amapá

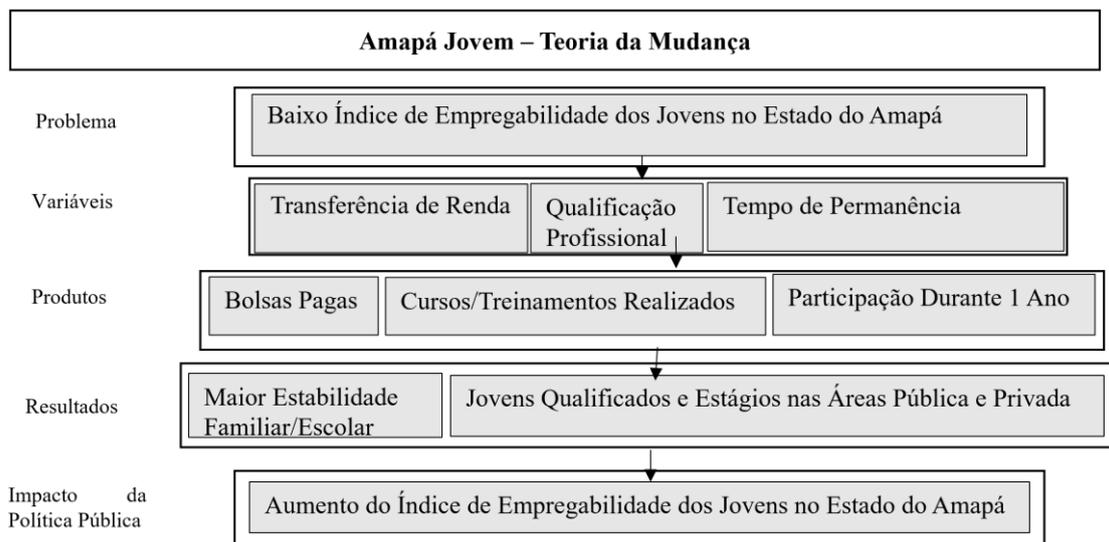
implementou essa política de maneira transversal nas suas várias Secretarias, com o intuito de absorver as suas peculiaridades e, ao mesmo tempo, incentivar ações de experiências científicas com as instituições educacionais locais.

Esta postura dos governos em geral é duramente criticada, pois apresenta um temido comportamento capitalista de privilegiar o conhecimento técnico e desprestigiar o filosófico, reforçando o *status quo* e tornando imutável o sonho de mudança do jovem em vulnerabilidade social (GOES, 2016).

Após essa visão geral do programa, verifica-se a ausência formal de qualquer referência a teoria da mudança aplicada, bem como do modelo de monitoramento e avaliação, ou seja, aparentemente o caráter mais empírico é que vai definindo os rumos da política pública do governo amapaense.

Não obstante, é possível identificar qual o problema a ser enfrentado, os pressupostos, as variáveis, os prováveis resultados e o *outcome* desejado, o que permite uma proposta de construção, *ex-post*, de uma teoria da mudança (Figura 2), seguindo os ensinamentos de Gertler et al. (2018):

Figura 2 - Avaliação de Impacto na Prática.



Fonte: Baseada em Gertler et al. (2018).

Avaliar a política pública proposta pelo governo do Amapá é, portanto, basilar para se definir quais são as linhas de maior sucesso ou

de fracasso encontradas e assim, inferir sustentabilidade ao longo do tempo, discutir novos desenhos e fundamentar de maneira sólida a decisão dos futuros governos em continuar o programa na busca do impacto social desejado.

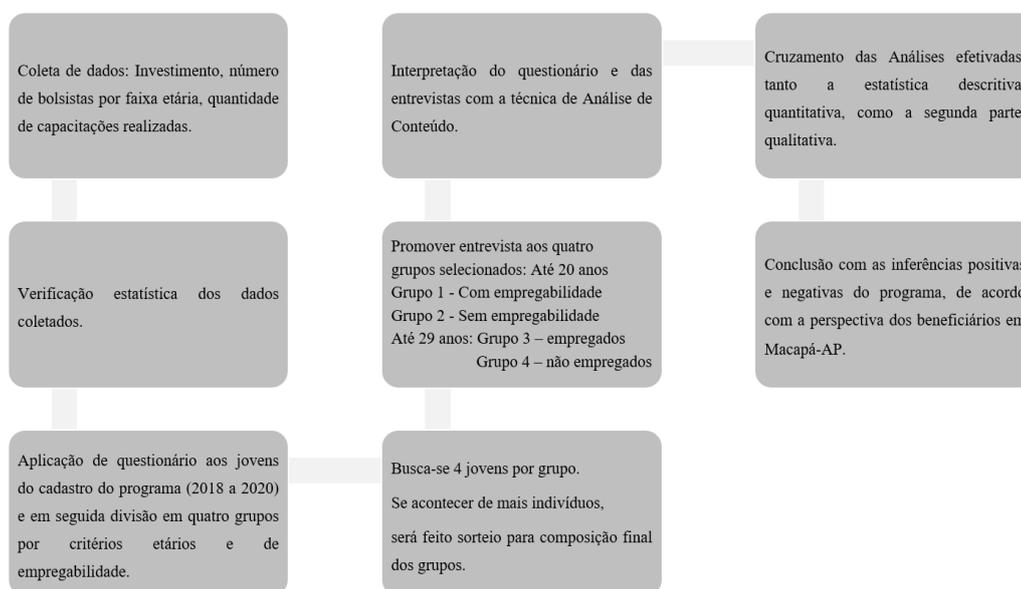
2.3 Metodologia

2.3.1 O Método Misto (Quantitativo e Qualitativo)

A ideia que permeia esta dissertação é utilizar técnicas que permitam trazer informações contundentes sobre os pressupostos do programa Amapá Jovem. Nesse sentido e considerando todas as dificuldades de disponibilização de dados que se avizinham, optou-se por uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa, a fim de demonstrar pontos críticos que precisem ser remodelados se forem negativos ou continuados se positivos, de acordo com o desenho a seguir:

Figura 3 – Metodologia utilizada.

Desenho Metodológico - O programa Amapá Jovem: avaliação pela perspectiva de empregabilidade de beneficiários em Macapá-AP



Fonte: Elaboração própria por meio do acervo pessoal (2022).

Um grande desafio que se apresenta é definir uma metodologia segura, capaz de permitir estimar o alcance e o efeito de uma Política

Pública no Brasil, uma vez que de modo geral, elas são planejadas e executadas com omissão de pré-requisitos básicos para a respectiva aferição de resultados.

Trabalhar com metodologia mista é uma tendência, quando se enfrentam essas políticas, em geral com alto grau de complexidade e alternativas restritas ao se buscar avaliações mais completas. Em cenários de poucos dados disponíveis, falta de planejamento que abarque os itens ou indicadores, uma opção é o cruzamento de análises para se alcançar uma conclusão mais consistente e que reúna a confiança necessária sobre os resultados encontrados, já que desenvolver uma Avaliação de Impacto clássica é pouco viável, como é o caso do Amapá Jovem.

Assim, partiu-se para uma Análise de Resultados, considerando os relatórios existentes, o grande número de beneficiários atendidos, bem como a informação da Secretaria da Juventude sobre a aplicação de todos os itens inicialmente planejados na cidade de Macapá, que é composta por mais de 60% da população do Estado do Amapá.

Os autores Santos et al. (2017) chamam de “Explanatória Sequencial”, a maneira como se tratam os dados e informações de forma sequencial, analisando-se primeiro quantitativamente para em seguida desenvolver a busca das questões qualitativas.

Nesse contexto, os números encontrados em uma metodologia quantitativa estabelecem os parâmetros a serem observados, além disso, permitem a definição ou o melhor direcionamento das perguntas a serem elaboradas para respondentes em questionários e/ou entrevistas do método qualitativo (SANTOS et al.; 2017).

Inicialmente, com os dados disponíveis, serão utilizadas técnicas da estatística descritiva, visando construir um quadro amplo de todo o funcionamento do programa, com informações sobre investimento, número de bolsistas por faixa etária, quantidade de capacitações realizadas e outros números relevantes encontrados na base de dados disponibilizada.

2.3.2 Estatística Descritiva

A estatística descritiva é a ferramenta que o pesquisador dispõe para aferir de maneira matemática estimativas na área da ciência social. Com princípios e métodos bem definidos, é o caminho encontrado na literatura, desde que se siga todas as fases de coleta e crítica dos dados (CRESPO, 2009).

Nogueira, Victor e Novikoff (apud Quedi; Darroz, 2018) afirmam que a estatística é um instrumento capaz de proporcionar um conhecimento de mundo, pois permite análises e respostas para os problemas apresentados.

Quedi e Darroz (2018) concluem que a estatística pode ser empregada visando o aumento da produtividade, através de estudos precisos, análises calculadamente consistentes e podem traduzir o que de fato ocorre com o fenômeno social estudado.

O levantamento conterà tabelas e/ou gráficos, proporcionando leituras precisas dos dados, trazendo uma compreensão ampla de todo o movimento empreendido na execução da política aqui analisada.

Ao final desse primeiro momento, inicia-se a preparação da segunda fase, onde pretende-se a aplicação de questionário, entrevista e análise de conteúdo, com o intuito de completar os itens necessários para as inferências finais.

2.3.3 O Questionário

A partir desse momento inicia-se a parte qualitativa, ou seja, quando se busca entender e significar o objeto de estudo a partir das respostas provenientes do questionário e das entrevistas para a observação e análise de conteúdo.

Definido como um instrumento de investigação clássico, o questionário se constitui de perguntas diretas, respondidas por uma amostra representativa do estudo. Na sua construção não há interatividade direta entre o pesquisador e os respondentes, podendo, no entanto, haver um texto de introdução explicando a temática a ser abordada. (SANTOS, 2018).

Importante ressaltar que na elaboração das perguntas, deve-se ter muito cuidado em reconhecer o público-alvo, para que se tenha uma lógica dentro do contexto de quem responde, no caso de jovens, evitar questões mais longas ou intrusivas que possam dificultar a coleta de dados buscados pelo pesquisador.

O professor Anivaldo Chagas define o que se pretende seguir na construção do questionário a ser aplicado nessa dissertação, conforme o Quadro 7, abaixo:

Quadro 7 – Questionário na pesquisa científica.

a) Identificação do respondente.	Neste ponto colhe-se apenas o nome do respondente, deixando-se seus dados gerais para o final do questionário, com vistas a se evitarem vieses;
b) Solicitação de cooperação.	É importante motivar o respondente através de uma prévia exposição sobre a entidade que está promovendo a pesquisa e sobre as vantagens que essa pesquisa poderá trazer para a sociedade e em particular para o respondente, se for o caso;
c) Instruções	As instruções deverão ser claras e objetivas ao nível de entendimento do respondente e não somente ao nível de entendimento do pesquisador;
d) Informações solicitadas.	É efetivamente o que se pretende pesquisar;
e) Informações de classificação do respondente	Normalmente deverão estar no final do questionário. Pode ocorrer distorção se estiverem no início porque o entrevistado poderá distorcer as respostas, caso seus dados pessoais já estejam revelados no início da pesquisa.

Fonte: Baseado em Chagas (2000).

Após a definição das inquirições a serem incluídas, será aplicado o questionário a cerca de 2 (dois) mil jovens participantes, de acordo com o endereço eletrônico constante no banco de dados disponibilizado pela Secretaria da Juventude do Estado do Amapá, que apresenta mais de 15 mil beneficiários.

O critério será o corte dos anos de 2018, 2019 e 2020 e espera-se um índice de resposta de 1 a 3% (um a três por cento) dos respondentes.

Diante desses dados, será feito um sorteio para obtenção de quatro grupos de beneficiários (cada um com 4 integrantes) que irão participar da Entrevista, separados por faixa etária, entre aqueles que obtiveram a empregabilidade e os que não alcançaram esse objetivo.

2.3.4 A Entrevista

Visando obter um maior aprofundamento sobre o funcionamento do Amapá Jovem, será realizado a coleta de forma subjetiva, com a técnica de pesquisa definida como entrevista. Busca-se saber as condições em que chegam as premissas adotadas pelo governo do ponto de vista do jovem beneficiário. Suas práticas socioculturais, como a relevância da escola, a dificuldade de encontrar trabalho e ouvir o que pode estar contribuindo para a melhoria das condições e oportunidades, além daquelas ações que são insuficientes e que precisam evoluir para atingir as finalidades propostas.

Assim, cabe um aprofundamento cuidadoso sobre a técnica de entrevista, para conhecer seus critérios, suas características e classificações, o alcance a ser estabelecido, bem como formas de entrevistar que deixem os jovens participantes relaxados e motivados a falarem sem filtros, qualificando suas respostas com os fatos vivenciados durante o programa.

Para a professora Fernanda Miguel (2010) “o pesquisador deve reconhecer que o significado elaborado a partir do material coletado na entrevista é uma função da interação entre participante e entrevistador”. Essa observação é significativa em um ambiente de inevitável interação e demonstra todo o cuidado que o pesquisador deve ter na condução da entrevista.

A autora discorre sobre a maneira em que o entrevistador deve conduzir o trabalho, sempre priorizando a melhor técnica, deixando o entrevistado a vontade e disposto a responder ao que lhe for inquirido, descrevendo ainda, de maneira detalhada, toda a condução e valorizando o tempo dos respondentes, principalmente deixando fluir tudo que o diálogo possa trazer de informações e esclarecimentos:

[...] o entrevistador inicie suas perguntas de maneira ampla, não diretiva e que conduza as falas dos entrevistados, procurando pedir esclarecimentos ao que não foi compreendido e detalhes concretos aos exemplos dados. Ao

fazer uma pergunta em aberto – não presumindo determinada resposta – o pesquisador estabelece um território a ser explorado, permitindo que o participante a tome da maneira que desejar. Por outro lado, não deve perder de vista a finalidade e o foco da entrevista, pré-ajustando e redirecionando a conversa quando achar necessário. O trabalho básico do entrevistador é escutar ativamente, auxiliando a construção de significados dos participantes e promovendo o andamento da entrevista (MIGUEL, 2010).

Nesse sentido, deve-se manter um elevado grau de sensibilidade, afinal a arte de ouvir é uma das habilidades mais esperadas do pesquisador e qualquer comentário, concordando ou discordando, pode deter o argumento do entrevistado, levando a prejuízos de possíveis informações que podem se perder ao longo da entrevista (BATISTA et al.; 2017).

Os autores Batista, Lourenço e Nascimento (2017) apresentam modalidades de entrevistas presente na literatura e, abaixo, conceitua-se o tipo que fará parte desta dissertação, que será a entrevista grupal.

[...] pode ser estruturada, semiestruturada ou aberta, podendo ser utilizada como única técnica de coleta de dados ou associada a outras técnicas, dependendo dos propósitos do estudo. Esta modalidade de entrevista é indicada para pesquisas cuja temática seja de interesse público ou preocupação comum, por exemplo, política, mídia, lazer, novas tecnologias e para assuntos e questões de natureza relativamente não familiar, que não tenham o caráter excessivamente íntimo e exijam muito aprofundamento de cada pessoa (FRASER; GONDIM, 2004 apud BATISTA et al.; 2017).

Diante de um cenário bastante ameno, deve o entrevistador fazer uma apresentação de si próprio e em seguida explicar o objetivo daquele encontro, com uma introdução do tema a ser pesquisado e valorizando a presença de todos os participantes, conduzindo de maneira isenta e transparente, pedindo permissão para a entrevista ser gravada, além de garantir o anonimato e sigilo de dados, deixando claro ainda que a participação de cada um é absolutamente voluntária (BATISTA et al.; 2017).

Tudo aqui deve convergir para depois de se obter os dados, estes possam ser plenamente analisados, com suas características, complexidades e verdades/versões de modo a dar a devida consistência nas ilações que daí surgirão.

Para Oliveira et al. (2020) o número de grupos e o de participantes deve se compor em definição do próprio pesquisador, de acordo com as finalidades que ele pretende atender.

Logo, as questões a serem respondidas devem ser colocadas de modo a estabelecer um debate entre os participantes, conduzidos por inquisições que orientem as respostas desejadas e trafeguem de forma leve e flexível, porém com a objetividade necessária para a pretensão de toda a entrevista.

Após o final do prazo para receber as respostas dos questionários, serão selecionados quatro grupos, com 4 (quatro) jovens cada, de forma etária e em razão da empregabilidade ou não, para a partir de aí se marcar a data das duas entrevistas grupais a serem executadas em momentos distintos.

2.3.5 Análise de Conteúdo

Na obra de Bardin (2022) encontra-se o método de pesquisa denominado Análise de Conteúdo, que compreende três momentos:

- a) A pré-análise – visa organizar o material de pesquisa, sistematizando através de “uma leitura flutuante” obtendo-se as primeiras informações da pesquisa (BARDIN, 2022, p. 121).
- b) Categorização e/ou Codificação – esse segundo momento tem como objetivo a definição da categorização que é uma “classificação de elementos constitutivos” utilizando-se critérios definidos antes da análise (BARDIN, 2022, p. 145).
- c) Tratamento dos resultados, inferências e interpretação – os resultados devem ser tratados “de maneira a serem significativos e válidos” (BARDIN, 2022, p. 122).

É o rigor dessa sistematização que evita qualquer ambiguidade, garantindo a premissa fundamental da análise a ser feita.

Silva, Oliveira e Brito (2021) afirmam que a Análise de Conteúdo pode ter aplicações com formas diferenciadas de comunicação, porém, o analista deve buscar primeiramente a ideia que está sendo comunicada e só então aprofundar as inferências na busca de possíveis novos significados, deixando a mente sempre aguçada para outras comunicações existentes.

Os autores acima afirmam ainda que cabe ao pesquisador focar na forma de processamento da comunicação, na sua finalidade e nos seus resultados.

É fundamental que exista uma única dimensão para análise, a chamada homogeneidade, separando-se em novas categorias, quando o pesquisador perceber outro nível de análise. Seguindo-se da pertinência, ou seja, de um entrelaçamento dos objetivos visados pelo pesquisador. A produtividade vem de inúmeras inferências que surgem de um olhar atento e crítico na análise dos dados (SILVA; OLIVEIRA; BRITO, 2021).

Tais inferências, reportadas acima, devem deixar o pesquisador atento ao conteúdo quase subliminar, aquela ideia que possa estar implícita, em uma busca de encontrar o sentido que possa estar além do que se mostra, ou seja, cabe ao pesquisador aprofundar com a mente aberta, focada na busca do sentido mais amplo constante nas informações disponíveis (SILVA; OLIVEIRA; BRITO, 2021).

Os autores Souza e Santos (2020) caracterizam a análise de conteúdo bastante consistente, por se tratar de uma técnica estruturada em regras que propiciam ao pesquisador buscar todo o potencial que um “fato, fenômeno ou de uma resposta dada por um sujeito de pesquisa” (SOUZA; SANTOS, 2020).

Acredita-se que deste modo, utilizando questionário, entrevista e a técnica de Análise de Conteúdo, se chegará a interpretações precisas e consistentes, em uma abrangência com a amplitude capaz de estabelecer o alcance mais real da política Amapá Jovem.

Considerando ainda o conceito de Análise de Resultado, como posto pelos autores Freitas e Moscarola (2010):

[...] a avaliação de resultados procura verificar em que medida o programa alcançou os objetivos e quais foram seus efeitos e consequências, indagando, após sua implementação, se houve modificações na situação-problema que originou a formulação

do programa e examinando o sucesso ou fracasso em termos de mudança efetiva nas condições prévias de vida das populações beneficiadas (FREITAS; MOSCAROLA, 2010).

A análise final será o cruzamento das interpretações quantitativas e qualitativas, para assim concluir se as hipóteses se confirmam ou se serão refutadas, bem como ter a resposta ao problema de pesquisa, em seu objetivo final sobre a empregabilidade dos jovens após participação no programa Amapá Jovem.

2.4 Apresentação dos Resultados

2.4.1 Investimento

Sobre o perfil orçamentário do Programa, a coordenação estadual do Amapá Jovem executa a projeção orçamentária com base nos objetivos pré-estabelecidos. Os dados que versam essa seara encontram-se disponíveis no Sistema de Planejamento Governamental (SIPLAG).

Em 2018, o valor da bolsa foi estabelecido em R\$ 120,00 totalizando R\$ 2.875.800,00 (Dois milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e oitocentos reais), tendo como objetivo garantir ajuda direta aos participantes, além de prever a participação em cursos de orientação e qualificação profissional. Já no ano de 2019 a dotação inicial foi de R\$ 6.451.320,00 (Seis milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, trezentos e vinte reais). Em 2020, por meio de ações positivas e inserções culturais dos jovens amapaenses, ela foi de R\$ 8.456.160,00 (Oito milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e sessenta reais).

A tabela a seguir resume os investimentos realizados no período:

Tabela 1 – Investimentos realizados

Ano	Valor da bolsa (R\$)	Total ano/geral (R\$)	Incremento anual
2018	120	2.875.800,00	-
2019	120	6.451.320,00	224%
2020	120	8.456.160,00	131%
	Investimento:	R\$ 17.783.280,00	-

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Nota-se que o governo amapaense promoveu um aumento do investimento de forma significativa, desde 2018 até 2020, em uma demonstração de forte apoio ao programa, visando contemplar o segmento jovem amapaense.

2.4.2 Políticas Transversais

O grupo contemplado pelo Programa Amapá Jovem entre os anos de 2018-2020 compreendia um perfil de 60,4% de mulheres e 39,6% de homens. Em relação a idade, 43,4% tinham até 20 anos.

No ano de 2018, foram instauradas e aplicadas as políticas de assistência social e Políticas para Afrodescendentes (SEAFRO). Em 2019, foram aplicadas as políticas de assistência social e de passe livre estudantil. Já em 2020, foram aplicados o chamado “renda para viver melhor”, programa juventude e cidadania, programa social estudantil, educação alimentar e nutricional e o programa de aquisição de alimentos.

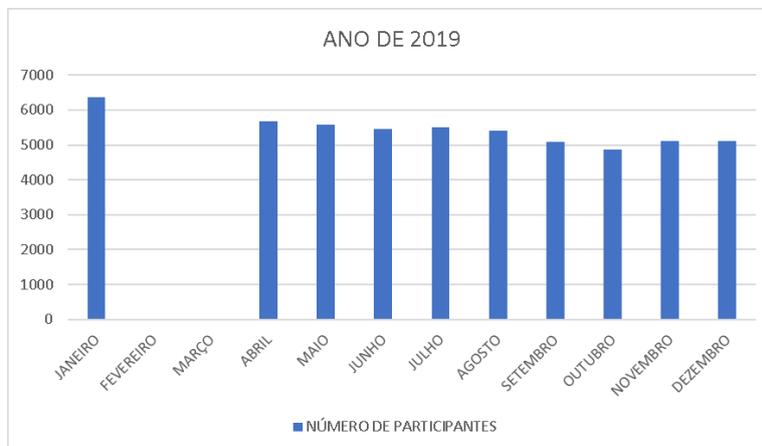
Todavia, não há registros do número de capacitações realizadas, reduzindo o número de dados contido no relatório que seguiu ao Tribunal de Contas do Estado a referências genéricas de ações aplicadas ao público beneficiado ao Amapá Jovem.

2.4.3 Tempo de Participação

Em 2018, o programa alcançou o total de 5.815 jovens. No ano seguinte, houve uma participação inicial de 6.361 jovens e final de 5.116

participantes, com uma média de 3.848,5 no primeiro semestre e 5.111,6 no segundo.

FIGURA 4 – Participantes conforme o tempo de participação.



Fonte: SIPLAG (2019).

No ano de 2020 houve a inclusão de 1.788 novos bolsistas, e 131 desligamentos no programa foram observados. Apenas 12, por conseguir vínculo empregatício e os demais 119, foram ocasionados pelo limite de idade para participação nesta política pública.

A média do primeiro semestre de 2020 foi de 5.533,66 participantes, enquanto no segundo semestre foi de 6.487,16.

Figura 5 – Participantes conforme o tempo de participação.



Fonte: SIPLAG (2020).

Os dados mostram que o governo incrementou o investimento no programa, porém com pouca eficácia, pois visou ampliar o número de participantes por meio do pagamento da bolsa sem qualquer tipo de planejamento orçamentário ou financeiro. Isso resultou em atrasos nas bolsas, desistências e pouca efetividade para o atingimento dos objetivos iniciais.

Quadro 8 – Número de participantes por ano.

Ano	Número de Participantes
2018	5.815
2019	6.361
2020	6.487

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Esses números sofrem grande variação anual, com muitos beneficiários que entram e saem ao longo do ano.

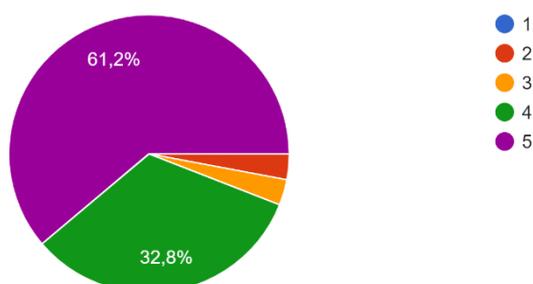
2.4.4 O Questionário

Seguindo o que foi definido para a aplicação do questionário, foram encaminhados 2.050 formulários pelo sistema de Formulário Google, obtendo-se pouco mais de 3% de respondentes.

As respostas reforçam a pouca efetividade ou fracasso do programa:

Figura 6 – Gráfico sobre a suficiência da bolsa.

A bolsa recebida é suficiente para sua busca de emprego? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 - Não concordo...em discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

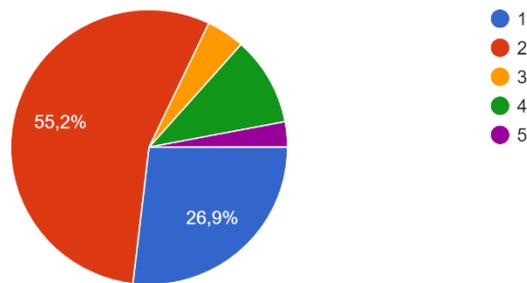


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A percepção dos respondentes é clara sobre o valor da bolsa ofertada pelo governo. Pesa, mais uma vez, a vontade desproporcional dos governantes em falar de atendimento, sem se preocupar se o valor ofertado é minimamente suficiente para o atendimento pretendido. Isso acaba gerando desperdício de recursos, servindo apenas para os anúncios de entrega de insumos como se fosse resultado proporcionado pelos programas governamentais.

Figura 7 – Gráfico sobre a destinação da bolsa.

O valor recebido ficou com você? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 - Não concordo nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

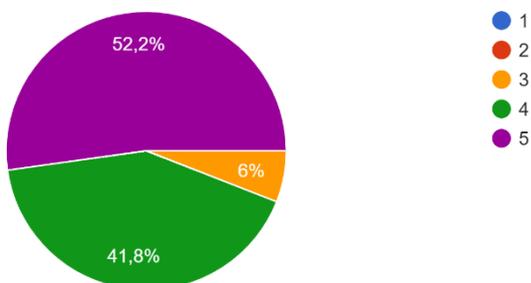


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Apenas 13% dos jovens respondentes afirmam que o valor ficou com a respectiva família. Esse pode não ser o item com maior peso, mas precisa ser considerado para verificar se a bolsa é capaz de promover mudança estrutural na vida futura desses jovens.

Figura 8 – Gráfico sobre a regularidade da bolsa.

O pagamento da bolsa foi regularmente efetivado? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 - Não concordo nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

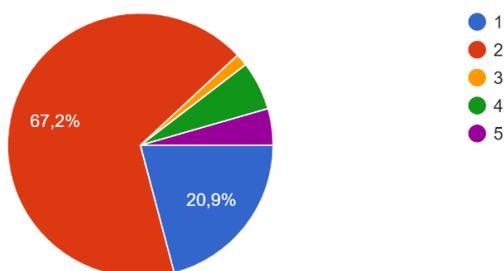


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A resposta coloca em xeque a organização do programa, pois ao atrasar ou faltar com o pagamento regular da bolsa, interrompe o progresso almejado, deixando distante o alcance dos objetivos inicialmente planejados.

Figura 9 – Gráfico sobre a frequência na escola antes do programa.

Você estava na escola antes de ter a vaga no programa? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 - Não concordo...em discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

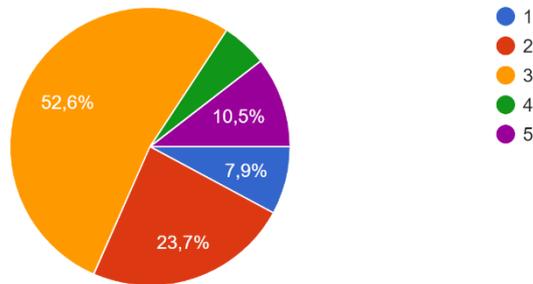


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Esse é um dos questionamentos a ser feito. Por que não incluir a contrapartida de estar na escola ou voltar a estudar para poder participar do programa?

Figura 10 – Gráfico sobre retorno à escola para participar do programa.

Se não estava, voltou para a escola para ter a vaga no programa? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 ...nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
38 respostas

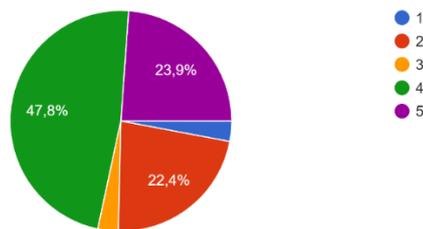


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Como não há exigência de contrapartida, entre os que estavam fora da escola, apenas 30% retornaram aos estudos por conta do programa. Esse dado é preocupante, pois atender a meta de emprego sem valorizar a escolaridade não garante o sucesso do objetivo maior dessa política pública que é a preparação para o primeiro emprego.

Figura 11 – Gráfico sobre estágio durante a vigência do programa.

Você estagiou em algum órgão ou empresa durante sua permanência no programa? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - ...nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas



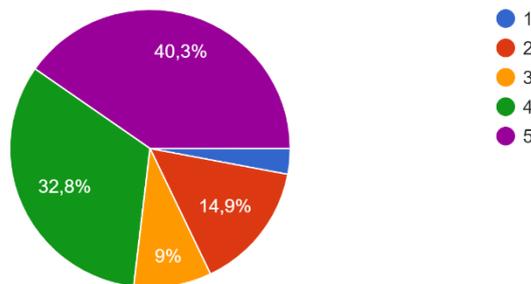
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Mais de 70% dos jovens não tiveram a oportunidade de estagiar, seja nos órgãos públicos ou em outras entidades. A capacitação através de estágio, especialmente dentro das secretarias do próprio governo foi

uma das bases pensadas para o êxito do programa e sua pouca efetivação (pouco mais de 20%) traduz a ineficiência da política para o resultado pretendido ao considerarmos que o jovem não necessariamente está estudando ou trabalhando, é o que pode ser observado aqui.

Figura 12 – Gráfico sobre participação em capacitação profissional.

Você participou de alguma capacitação profissional oferecida pelo Amapá Jovem? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - ...nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

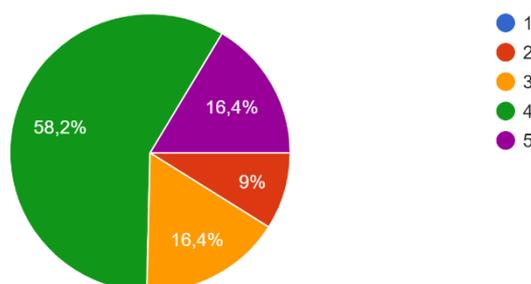


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Outra informação que aponta que o programa centrou todos os esforços no número de bolsistas, todavia ignorou a capacitação do jovem para o primeiro emprego, uma vez que menos de 20% disse ter recebido capacitação ofertada pelo programa

Figura 13 – Gráfico sobre a duração do programa.

O prazo de 1 ano atendeu suas expectativas do Amapá Jovem? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 ...nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

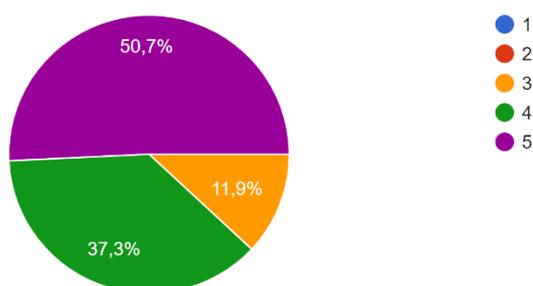


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com os respondentes, o prazo parece ser insuficiente, somados aos atrasos do pagamento da bolsa, valor baixo e pouca capacitação, muitos acabaram desistindo do programa.

Figura 14 – Gráfico sobre a busca do primeiro emprego após participação no programa.

Após a participação no programa, você se considera mais preparado para buscar o primeiro emprego? Resposta conforme a legenda: 1 - Co...em discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas

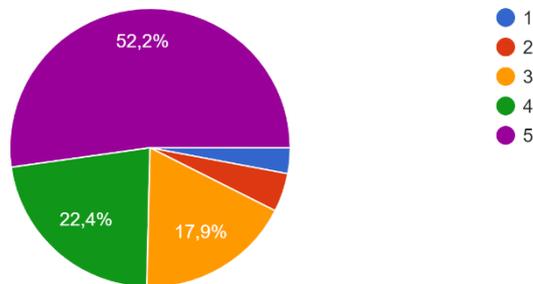


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A resposta da maioria esmagadora (mais de 80%) resume o que foi o programa. Com alto alcance de beneficiários, porém pouca consistência na qualificação e regularidade de pagamentos, resultou na afirmação dos próprios jovens de que eles não estão preparados para o primeiro emprego.

Figura 15 – Gráfico sobre a pretensão de ser empreendedor.

Você tem pretensões de se tornar empreendedor? Responda conforme a legenda: 1 - Concordo totalmente 2 - Concordo 3 - Não concordo nem discordo 4 - Discordo 5 - Discordo totalmente
67 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Essa resposta aponta para a tendência de aumento de empreendedores, em sua grande maioria amadores, sem qualificação capaz de mudar sua realidade, ratificando o baixo sucesso do programa Amapá jovem.

Em um quadro resumo, pode-se verificar uma forte tendência dos respondentes em criticarem o programa:

Quadro 9- Resumo Questionário

A Bolsa recebida é suficiente?	Para 94% o valor da bolsa é insuficiente.
O valor ficou com você?	80% responderam que ficou com o valor recebido.
Os pagamentos foram regulares?	94% dizem que os pagamentos foram irregulares.
Você estava na escola antes do programa?	Cerca de 20% estavam fora da escola.
Se não estava na escola, voltou por conta do programa?	Dos que estavam fora, apenas 31% voltaram para a escola.
Você estagiou em algum órgão ou empresa?	71,6% responderam que não.
Você participou de alguma capacitação?	73% não participou de qualquer capacitação.

O Prazo de 01 ano atendeu suas expectativas?	Apenas 9% responderam positivamente.
Após participar do programa, você está mais preparado para o primeiro emprego?	88% não perceberam qualquer mudança positiva.
Você pensa em ser empreendedor?	Apenas 7,5% responderam que sim.

Fonte: Questionário aplicado com interpretação do autor.

2.4.5 As Entrevistas

Em razão do curto prazo de participação no programa, encontrar jovens dispostos a participar da entrevista foi um grande desafio. Especialmente, aqueles que obtiveram sucesso no primeiro emprego em razão da participação no programa governamental amapaense. Entre os desempregados foi feito um sorteio dos respondentes do questionário. Em relação aos empregados, buscou-se indicações que atenderam somente a formação de um grupo.

Nesse sentido, as entrevistas foram divididas em três grupos, sendo o Grupo A com oito beneficiários de 17, 18 e 19 anos, o Grupo B com sete jovens de 20 e 21 anos, sendo que A e B com todos desempregados e apenas o Grupo C com quatro beneficiários de 19 a 23 anos, com emprego regular após a passagem pelo programa.

Para cada pergunta indutora foi solicitado que o entrevistado preenchesse um formulário onde era dado uma nota para cada palavra previamente codificada. Além disso, verificou-se sempre palavras ou expressões distintas daquelas inicialmente codificadas.

As entrevistas aconteceram em duas salas de aula de uma escola pública, situada no centro de Macapá, com a presença única do pesquisador e dos beneficiários que atenderam ao chamado.

Quadro 10 – Valor utilizado para crescimento profissional.

Pergunta Indutora 1: Você utilizou o valor recebido em seu crescimento profissional?	Codificação: Crescimento Profissional
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: material escolar (3)

Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: transporte (4)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: transporte (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: o grupo A utilizou o recurso na escola, pois ainda estavam estudando. O grupo B e C utilizou como ajuda de transporte e alimento, pois já havia a necessidade de buscar trabalho. De maneira geral, todos criticaram o valor da bolsa, todavia reconheceram a importância dessa ajuda na vida de cada jovem beneficiário.

Quadro 11 – Frequentou capacitação profissional.

Pergunta Indutora 2: Você frequentou a alguma capacitação profissional oferecida pelo Amapá Jovem?	Codificação: Capacitação Profissional
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: não fiz estágio (4)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: sem estágio (5)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: palestra escolar (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Todos os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a capacitação foi a maior decepção do programa. Sem planejamento, na prática quase não foi ofertada. E as poucas direcionadas aos beneficiários eram apenas para generalidades, como participar de palestras isoladas, com temas que não faziam relação com capacitação para o trabalho.

Quadro 12 – Prazo estabelecido do programa.

Pergunta Indutora 3: O prazo estabelecido de um ano para participar do programa é suficiente?	Codificação: Prazo 1 (um) ano
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: tanto faz (5)

Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: não importa (4)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: deveria ser maior (3)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Os respondentes do Grupo A mostraram dar pouca importância para esse item. Já o Grupo B apresentou maior tendência em concordar com o tempo estipulado. Coube ao Grupo C um tom mais crítico, pois foram muito duros na avaliação, dizendo que um ano é pouco para o desenvolvimento das condições para alcançar o primeiro emprego.

Quadro 13 – Preparação para o mercado de trabalho.

Pergunta Indutora 4: Depois de participar do programa, você está preparado para o mercado de trabalho?	Codificação: Mercado de Trabalho
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: nada mudou (4)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: chegou nem perto (5)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: consegui por minha conta (3)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: Mais uma vez as respostas foram na mesma direção, deixando muito claro que o programa foi insuficiente em relação a preparação do jovem macapaense para a conquista do primeiro emprego.

Quadro 14 – Pretende ser empreendedor.

Pergunta Indutora 5: Você pensa em se tornar um empreendedor?	Codificação: Empreendedorismo
Grupo A (8 membros, entre 17 e 19 anos, desempregados).	Expressão Distinta: quero emprego (6)
Grupo B (7 membros, entre 20 e 21 anos, desempregados).	Expressão Distinta: quero ser policial (3)
Grupo C (4 membros, entre 19 e 23 anos, empregados).	Expressão Distinta: aumentar a renda (2)

Fonte: Acervo pessoal (2022).

Observações: O grupo A quer emprego, e não considera por enquanto buscar o caminho do empreendedorismo. O grupo B também não quer empreender e ainda apresenta o sonho de passar em concurso público. O grupo C, único que está empregado, demonstra que não está satisfeito e considera a alternativa de empreender na busca de melhorar a renda.



3

3

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos dados levantados, têm-se uma série de desafios em termos de metodologia de pesquisa. Os principais sistemas governamentais responsáveis pela política pública Amapá Jovem não mantêm registro de suas atividades, limitando-se a apresentar um relatório genérico e quantitativo como a quantidade de bolsas disponibilizadas e o valor total do investimento.

Ainda assim, é possível considerar que o recurso empenhado no programa é suficiente para se obter resultados satisfatórios. Entretanto, a falta de planejamento para desenvolver a qualificação profissional almejada prejudica qualquer efetividade maior do programa.

No âmbito da pesquisa qualitativa, as respostas obtidas com a aplicação do questionário demonstram a dicotomia entre os objetivos do programa e a realidade vivenciada pelos beneficiários. Não apenas o número de beneficiários que tiveram qualificação profissional é irrisório, como também os atrasos recorrentes no pagamento das bolsas elevam o descrédito dos jovens amapaenses com o programa.

É importante destacar que o desenho do programa prevê uma forte relação com as Secretarias do próprio Governo do Estado, o que não ocorreu. Esse fator pode ter contribuído para uma implementação deficitária e levado ao resultado abaixo do esperado.

Em um segundo momento, quando os grupos se dispõem a responder a uma entrevista, todas as variáveis analisadas são ratificadas. Muitas vezes, as respostas são contundentes e revelam que o jovem tem plena consciência da falta de maior engajamento na aplicação dessa política pública.

A análise de resultados aqui apresentada comprova todas as hipóteses: o valor da bolsa praticada é insuficiente; a qualificação profissional é aquém do esperado; e o tempo de permanência não é capaz de atender os objetivos do programa.

Por fim, elencamos algumas sugestões que poderão contribuir para alterar os resultados dessa política pública para o jovem do Estado do Amapá:

a) Estabelecer novos parâmetros para o programa, como a idade inicial de 15 para 18 anos;

b) Exigir a contrapartida da participação no programa atrelada a escola, de modo que se valorize a formação escolar desse jovem;

c) Reduzir o quantitativo de beneficiários buscando um maior equilíbrio entre a bolsa ofertada e a garantia da qualificação profissional, além de garantir a regularidade do pagamento da bolsa ofertada;

d) Instituir a obrigatoriedade de contratação de jovens para o primeiro emprego nas empresas que receberem incentivos fiscais do Estado;

e) Incluir convênios com a iniciativa privada;

f) Criar o Fundo Estadual da Juventude;

g) Estabelecer um Planejamento Estratégico de Metas;

h) Implantar um sistema de acompanhamento dos participantes e suas atividades promovendo o monitoramento e a avaliação recorrente do programa.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; SILVA, J. L. G. **Os programas de transferência de renda no Brasil e sua relação com melhoria da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre: um estudo sobre o Bolsa Família**. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 12, n. 3, p. 60 - 80, set-dez, 2016. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v12i3.2513>.

ALVES, Y. D. D.; PEREIRA, P. P. G.; PERES, P. S. **Nascimento, vida e morte de uma política pública: uma etnografia do programa de braços abertos**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, e00213918, p. 1-11, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00213918.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa do Amapá. **Diário Oficial**. Macapá, ano 4, n. 0468, p. 2, 21 jun. 2017.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa do Amapá. **Lei 1.342/2009, Criação Programa Amapá Jovem**. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_consolidado.php?iddocumento=25983> Acesso em: 23 fev. 2022.

AMAPÁ. Assembleia Legislativa do Amapá. **Lei 2.214/2017, Reformulação Programa Amapá Jovem**. Disponível em: <http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=78965#:~:text=Poder%20Executivo%20Estadual,-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico> Acesso em: 23 fev. 2022.

ARAÚJO, F. R., ARAÚJO, M. A. D., SOUZA, F. J. V., BRITO, R. C. S. **A implementação do Programa Bolsa Família: revisão de literatura**. Emancipação, Ponta Grossa, v. 21, p. 1-20, e2114655, 2021. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.21.2114655.017.

BARCELLOS, A. P. **POLÍTICAS PÚBLICAS E O DEVER DE MONITORAMENTO: “LEVANDO OS DIREITOS A SÉRIO”**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 8, n. 2, p. 252-266, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v8i2.5294>.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977. p. 222.

BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L.; NASCIMENTO, A. B. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

BRASIL. Caixa Econômica Federal. **Cadastro Único – CadÚnico**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/servicos/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 2 mar. 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. **Diagnóstico da Inserção dos Jovens Brasileiros no Mercado de Trabalho em um Contexto de Crise e Maior Flexibilização**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf> Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP. **RESUMO TÉCNICO DO ESTADO DO AMAPÁ/CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019**. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_amapa_censo_da_educacao_basica_2019.pdf> Acesso em: 26 fev. 2022.

BRASIL. Planalto. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto da Juventude**. Lei 12.852/2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>> Acesso em: 1 mar. 2022.

CACCIAMALI, M. C.; TATI, F. **Impacto do desemprego e da informalidade sobre a empregabilidade e a renda futura do jovem**. Boletim regional, urbano e ambiental. p. 57-69, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/170531_bru_16_ensaio06.pdf. Acesso em: 3 out. 2021.

CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. 151 p.: il. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>> Acesso em: 21 mar. 2022.

CARDOSO JR, J. C. P. **Monitoramento Estratégico de Políticas Públicas: Requisitos Tecnopolíticos, Proposta Metodológica e Implicações Práticas para a Alta Administração Pública Brasileira.** Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, [v. 7](#), p. 4-29, 2014.

CHAGAS, A. T. R. **O questionário na pesquisa científica.** Administração online, v. 1, n. 1, p. 25, 2000.

CRESPO, A. A. **Estatística Fácil.** 19. ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 224 p.

CRUMPTON, C. D.; MEDEIROS, J. J.; FERREIRA, V. R. S.; SOUSA, M. M.; NAJBERG, E. **Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise da pesquisa nos últimos 10 anos.** Revista de Administração Pública, v. 50, n. 6, nov-dez, 2016.

CORREIO, M. A. N.; CORREIO, S. R. S. **Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana.** 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/27865>> Acesso em: 5 mar. 2022.

COSTA, E. F. **Descortinando a evasão escolar: o Caso do Instituto Federal de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão.** 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/32323>> Acesso em: 16 mar. 2022.

COTTA, T. C. **Metodologias de Avaliação de Programas e Projetos Sociais: Análise de Resultados e de Impacto.** Revista do Serviço Público, Ano 49, n. 2, abr-jun, 1998. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1634/1/1998%20Vol.49%2cn.2%20Cotta.pdf>> Acesso em: 2 abr. 2022.

D'AGOSTINI, A.; TITTON, M. **Juventude e educação no contexto do desemprego crônico na Espanha e no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/31474/19370>> Acesso em: 3 mar. 2022.

HOLANDA, F. M. **O PROGRAMA MARANHÃO PROFISSIONAL: qualificar para o desemprego?** 2017. Disponível em:

<<https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/1635/2/Felipe%20Macedo.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2022.

FAÇANHA NETO, I. F.; FAÇANHA, J. C. R. F. **Trajetória das Políticas Públicas de Trabalho e Qualificação Profissional no Brasil e no Maranhão: um estudo entre os anos de 2008 a 2017**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 12304-12318. DOI:10.34117/bjdv6n3-190.

FINKLER, L.; DELL'AGLIO, D. D. **Reflexões sobre avaliação de programas e projetos sociais**. Barbaroi, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 126-144, jun. 2013.

FREITAS, H.; MOSCAROLA, J. **Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados**. RAE-eletrônica, São Paulo, v. 1, n. 1, jan-jun., p. 2-30, 2002. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000100006>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/raeel/a/nzhrSTzq6Tm4K6sbKx4Gcqs/?lang=pt>> Acesso em: 2 mai. 2022.

FREITAS, J.; TEIXEIRA, A. V. **Democracia Digital e Avaliação Continuada de Políticas Públicas**. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 119, p. 227-252, jul.-dez., 2019. DOI: 10.9732/P.0034-7191.2019V119P227. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/19190/2/Democracia_digital_e_avaliacao_continuada_de_politicas_publicas.pdf> Acesso em: 6 mar. 2022.

FREITAS, R.; NEVES, R. F. O.; GONÇALVES, V. H. **Utilizando as técnicas de “Nuvem de Palavras” e clusterização aplicadas as entrevistas dos atletas olímpicos da cidade de São Carlos**. Journal of Olympic Studies, v. 2, n. 2, p. 423-434, 2018.

GEA. Governo do Estado do Amapá. **Chamada Pública n. 008/2017-SIMS/AMAPÁ JOVEM**. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1YZZVIDiCX11EdAvceH-W5gl9Ufl3xXDf/view>> Acesso em: 28 fev. 2022.

GEA. Governo do Estado do Amapá. Decreto 2.937/2009. **Regulamenta o Programa Amapá Jovem**. Disponível em: <<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn4561.pdf?ts=22030616>> Acesso em: 1 mar. 2022.

GEA. Governo do Estado do Amapá. Decreto 4.364/2017. **Nova Regulamentação Programa Amapá Jovem**. Disponível em: <<https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn6564.pdf?ts=1646652747>> Acesso em: 28 fev. 2022.

GERTLER, P. J.; MARTÍNEZ, S.; PREMAND, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. J. **Avaliação de impacto na prática**. 2. ed. 2018. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/Banco Mundial. DOI: 10.1596/978-1-4648-0889-0.

GOES, G. M. V. **Empreendedorismo “Inovador” nas Escolas Estaduais de Educação Profissional no Contexto da Crise Estrutural do Capital**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/62731/1/2016_tese_gmvgoes.pdf> Acesso em: 10 mar. 2022.

JANNUZZI, P. M. **Sistema de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação, n. 5, jan-jun., 2013. [DOI.org/10.4322/rbma201305002](https://doi.org/10.4322/rbma201305002).

JANNUZZI, P. M. **Economia Política e Avaliação em Políticas Públicas no Brasil Pós-2014**. Cadernos de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29, 2021. [DOI.org/10.1590/1414-462X202199010366](https://doi.org/10.1590/1414-462X202199010366).

LIMA, J. L. C. **Os efeitos do Programa Bolsa Permanência do Instituto Federal de Pernambuco sobre a evasão dos estudantes do campus Recife**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/handle/123456789/35281>> Acesso em: 16 mar. 2022.

MARTINS, L. P.; VEIGA, H. M. DA S.; CORTEZ, P. A. **Motivações e Dificuldades Vivenciadas por Jovens Empreendedores: estudo qualitativo**. Revista de Psicologia, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 78-93, jul. 2020. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/42438>> Acesso em: 29 out. 2021.

MARTINS, R. L. **Participação, Controle Social e Prevenção da Violência: o programa abrindo espaços.** Revista Intratextos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1. 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/29862>> Acesso em: 10 out. 2021.

MENEGUIN, F. B. **Avaliação de Impacto Legislativo no Brasil.** 2010. UC Berkeley Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt8ts831r2/qt8ts831r2.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2022.

MIGUEL, F. V. C. **A entrevista como instrumento para investigação em pesquisas qualitativas no campo da linguística aplicada.** Revista Odisseia, Natal, n. 5, jan.-jun., 2010. Disponível em <<https://periodicos.ufrn.br/odisseia/article/view/2029>> Acesso em: 12 mai. 2022.

NERI, M. **Uma Próxima Geração de Programas de Transferência de Renda Condicionada.** Revista de Administração Pública-RAP, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/TB8TbqJdSwf3qcZWpt89X4S/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, G. S.; CUNHA, A. M. O.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. **Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa?** Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 19, n. 41, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2208>> Acesso em: 12 mai. 2022.

PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. F. P.; MAXIMO, T.; SOUZA, P. C. Z. **Formação Profissional de Jovens: a que se destina?** Estudos de Psicologia, Natal, v. 19, n. 1, p. 22-30, 2014.

QUEDI, R. P.; DARROZ, L. M. **Conceitos Básicos de Estatística: as lacunas conceituais de acadêmicos ingressantes no curso superior.** Revista Thema, Pelotas, v. 15, n. 4, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/thema.15.2018.1256-1268.1033>. Disponível em: <<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1033/953>> Acesso em: 6 mai. 2022.

RAMALHO, J. R.; FERREIRA, L. S. **Trabalho no Século XXI: flexibilidade e redução de direitos**. Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 2, p. 469-476, jul.-dez., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/36150/19601>> Acesso em: 31 mar. 2022.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, L. M. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 5, out., 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>.

RIBEIRO, F. G.; SHIKIDA, C.; HILLBRECHT, R. O. **Bolsa Família: um survey sobre os efeitos do programa de transferência de renda condicionada do Brasil**. Revista Estudos Econômicos, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 805-862, out.-dez., 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-416147468fcr>.

SANTOS, L. C. **A técnica do questionário: conceituação, características, vantagens e limitações**. 2018.

SANTOS, J. L. G.; ERDMANN, A. L.; MEIRELLES, B. H. S.; LANZONI, G. M. M.; CUNHA, V. P.; ROSS, R. **Integração entre Dados Quantitativos e Qualitativos em uma Pesquisa de Métodos Mistos**. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/cXFB8wSVvTm6zMTx3GQLWcM/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 31 out. 2021.

SILVA, B. A.; OLIVEIRA, G. S.; BRITO, A. P. G. **Análise de conteúdo: uma perspectiva metodológica qualitativa no âmbito da pesquisa em educação**. Cadernos da Fucamp, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 52-66, 2021.

SILVA, F. A. **Pobreza Estrutural Globalizada, Território Brasileiro e Política de Transferência de Renda: O Programa Bolsa Família como Evento**. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 48-72, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/111813/132453>> Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, M. L. A.; BACELLAR, P. A. A.; SANTOS, J. P.; MONTE, L. M. I.; NASCIMENTO, E. F. **Práticas socioeducativas do projuvem urbano em um presídio do Nordeste brasileiro**. Research, Society and Development, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 9, p. 2-9, e51010917984, 2021.

SILVA, N. B. S. **Efeitos Demográficos e Educacionais no Desemprego Jovem das Regiões Metropolitanas do Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte, 2020.

SOUSA, J. R.; SANTOS, S. C. M. **Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer**. Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396-1416, jul.-dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>> Acesso em: 08 nov. 2022.

SILVA, P. V.; JORGE, T. A. **Análise de Conteúdo por Meio de Nuvem de Palavras de Postagens em Comunidades Virtuais: novas perspectivas e resultados preliminares**. Revista Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa, Lisboa, v. 2, 2019. Investigación Cualitativa en Salud. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2002>> Acesso em: 20 mai. 2022.

TEIXEIRA, M. B.; LACERDA, A.; RIBEIRO, J. M. **Potencialidades e Desafios de Uma Política Pública Intersetorial em Drogas: O Programa “De Braços Abertos” de São Paulo, Brasil**. Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, e280306, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312018280306>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/ndQhZnxLCVKdWMgV96H3VPh/?lang=pt&format=html>> Acesso em: 21 mar. 2022.

VILELA, R. B., RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. **Os Desafios do Mestrado Profissional em Ensino na Saúde: uso da nuvem de palavras no apoio à pesquisa qualitativa**. Revista CIAIQ, v. 2, 2018.

